



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 754 - DE 14 DE DEZEMBRO A 3 DE JANEIRO DE 2025 - R\$ 5,00



Greve geral na Bélgica, Portugal e Itália

**Sinais de reação da classe operária e demais
trabalhadores à crise capitalista e às
contrarreformas montadas pelos governos**

**TAREFA DA VANGUARDA COM CONSCIÊNCIA DE CLASSE –
LUTAR SOB A BANDEIRA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO**

Amplitude da crise política expõe a decomposição da democracia burguesa no Brasil

**Organizar a luta da classe operária e dos demais
explorados sob o programa próprio de reivindicações
e a estratégia da revolução social**

35 anos da Vila Socialista

**Viva a luta independente dos sem-teto em
defesa de suas condições de existência!**



Greve geral na Bélgica, Portugal e Itália

Sinais de reação da classe operária e demais trabalhadores à crise capitalista e às contrarreformas montadas pelos governos

Entre setembro e início de dezembro, a Europa se viu sacudida por greves, bloqueios, manifestações e confrontações com a polícia na França, Grécia, Bélgica, Portugal e Itália. Tiveram em comum a resposta às contrarreformas dos governos. Em nome do equilíbrio orçamentário, a burguesia exige dos governantes que determinem o aumento da jornada de trabalho, o crescimento da produtividade e a redução dos gastos públicos com saúde, educação, previdência e moradia. Fazem parte das contrarreformas, alteração das leis trabalhistas e medidas contra os imigrantes. As alterações na legislação que regulamenta as aposentadorias e pensões implicam o aumento de idade e de contribuição.

A economia da União Europeia e do Reino Unido sofre com a estagnação e retrocede nos marcos das relações mundiais do capitalismo. Vem perdendo capacidade industrial e avultando o parasitismo financeiro.

A crise de 2008-2009, que teve como epicentro os Estados Unidos, atingiu duramente os países europeus. Em seguida, sobreveio a pandemia que se encarregou de impulsionar ainda mais os bloqueios econômicos e as dívidas públicas. A eclosão da guerra na Ucrânia em 2022 e as sanções impostas à Rússia pelos Estados Unidos ampliaram o quadro de declínio da indústria europeia, ultradependente das fontes de matérias-primas, principalmente do gás proveniente da Rússia. De um lado, a burguesia europeia e seus governantes passaram a depender organicamente dos Estados Unidos desde o final da Segunda Guerra Mundial; de outro, não tiveram outra via a não ser entrelaçar sua economia com a China, que ascendeu à segunda potência desde os anos 2000.

O velho continente vem se ressentindo do processo de desindustrialização e sobreposição dos ramos de serviços. Esgotou-se o período do denominado “bem-estar social” e a burguesia passou à ofensiva no sentido de liquidar com antigas conquistas da classe operária e demais trabalhadores. Esperava-se com a criação da União Europeia um poderoso impulso das forças produtivas. As contradições do capitalismo da época imperialista se encarregaram de pôr abaixo as vantagens da redução das barreiras comerciais, que resultaram no favorecimento da Alemanha e da França, sobretudo. A retirada do Reino Unido da União Europeia foi incentivada pelos Estados Unidos, que utilizam a Inglaterra como instrumento do capital financeiro.

O retorno aos estratosféricos gastos militares tem obrigado a União Europeia e a Inglaterra a aumentarem a dívida pública que atingiu níveis insuportáveis. Depois do Japão e dos Estados Unidos que ostentam, respectivamente, uma dívida pública que corresponde a 214,1% e 119,3% do Produto Interno Bruto (PIB), vem a Zona do Euro com uma média de 91,4% do PIB. A Grécia, 154,2%; Itália, 135,8%; França, 113%; Bélgica, 103,90%; Reino Unido, 99,8% e Alemanha, 62,20%, números apurados em 2024. A elevação da dívida europeia continuará avançando. Em parte, devido aos gastos militares. Os governos, independentes de sua orientação política, recorrem às contrarreformas justamente no momento em que aumentou o

precipício entre a minoria rica e maioria pobre. A estimativa do Fundo Monetário Internacional (FMI) é de que a dívida pública mundial crescerá 2,8% em 2025, podendo superar a casa dos US\$ 100 trilhões. A previsão é de que em poucos anos a dívida pública da França poderá chegar a 128,4% do PIB e da Alemanha saltar para 75% do PIB.

As greves gerais que começaram na Grécia em setembro tiveram continuidade nesse segundo semestre de 2025 na França, Bélgica, Portugal e Itália. O movimento de contestação das contrarreformas de Macron acabaram por impulsionar a crise política. A substituição de vários primeiros ministros refletiu a falência do governo de centro-direita, que se arrasta a duras penas. A greve geral na Itália de 12 de dezembro, organizada pela Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), declarou-se contra a política do governo direitista de Georgia Meloni que apresentou um orçamento favorecendo as camadas mais ricas da população, priorizando os gastos militares e sacrificando as aplicações na saúde, educação, previdência e moradia. Na Bélgica, o governo atacou duramente a previdência e realizou cortes orçamentários nos serviços sociais destinados aos desempregados e aos trabalhadores acometidos de doenças do trabalho. A greve de três dias no final de novembro, apoiada em grandes manifestações, foi um grito de combate ao orçamento antioperário do 1º Ministro Bart De Wever.

As greves e protestos na Europa indicam que a burocracia sindical está sob tremenda pressão das massas exploradas. Está sendo obrigada a romper a inércia que se impõe por meio da política de colaboração de classes. Nesse marco, se manifesta a contradição entre as iniciativas de mobilização que ocorreram no passado recente em defesa do povo palestino e a passividade diante da explosiva guerra que se trava na Ucrânia. As direções sindicais via de regra seguiram e vem seguindo as posições dos governos e da OTAN que serve de braço armado dos Estados Unidos. Os choques com os governos em torno ao orçamento e as contrarreformas, certamente, indicam um curso mais avançado da luta de classes na Europa. O que evidencia de forma absoluta a crise de direção e a necessidade de sua superação.

Os Estados Unidos, sob o governo Biden, fomentaram a guerra na Ucrânia, procurando sua anexação à União Europeia. Agora, sob o governo Trump, forçam o fim da guerra com o plano de partilha do território ucraniano. No Oriente Médio, a Casa Branca ditou aos palestinos a paz dos cemitérios. Na América Latina, Trump armou um cerco militar à Venezuela e age com o objetivo de derrubar o governo de Nicolás Maduro.

Os explorados e povos oprimidos de todo o mundo estão diante de uma ofensiva mundial do imperialismo e das burguesias nacionais que se lançaram às contrarreformas antiooperárias e antipopulares. Eis por que no fundo a luta de classes na Europa tem alcance mundial.

A crise de direção corresponde ao vácuo deixado pela ausência de uma política internacionalista que unifique os combates das massas em todos os quadrantes em defesa de um

programa próprio de reivindicações e uma orientação classista diante das guerras. As forças produtivas altamente desenvolvidas não cabem nas relações capitalistas de produção e na camisa de força das fronteiras nacionais. A ordem mundial edificada após a Segunda Guerra se desmorona e dá lugar à proliferação de todo tipo de conflito.

Dessas contradições, emergem o programa da revolução social, as tarefas de recuperação das conquistas perdidas e a necessidade de unificação dos explorados na luta de classes contra a classe burguesa historicamente esgotada. Sobre essas bases, está posta a luta pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Final de ano sobressaltado pela crise política

Uma série de acontecimentos marcou os conflitos entre as três instituições do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário. Não se trata de uma crise abrupta. Tomando como referência a eleição de Lula e a tentativa de golpe de Estado de Bolsonaro, aumentaram os choques no interior da governabilidade. O processo movido pelo Judiciário contra a cúpula bolsonarista e adjacências esteve no centro das disputas interburguesas.

A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de prender o ex-presidente Bolsonaro foi o ponto alto dos acontecimentos políticos nesse final de ano. O Partido Liberal (PL) e seus aliados de centro-direita não foram capazes de impedir a prisão de Bolsonaro e da cúpula militar que amparou e impulsionou a conspiração golpista. Ocorre que a ação penal demonstrou nitidamente que no Palácio do Planalto se armou ações políticas, militares e policiais para anular as eleições presidenciais. Dentre elas, o que mais atemorizou o Judiciário foi a revelação de que havia um plano para assassinar Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes.

Embora o fracasso da ultradireita em manter Bolsonaro no poder tenha ficado explícito na marcha e na ocupação da Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023, a bancarrota do movimento golpista se expressou anteriormente na divisão das Forças Armadas, no interior da própria burguesia e nas condições políticas e sociais adversas à aventura militarista. Nem mesmo a investida de Trump de inviabilizar a condenação e a prisão de Bolsonaro e seus asseclas teve como reverter a hecatombe política que empurrou o bolsonarismo para o esgoto. Não poderia ser de outra forma, a não ser que os golpistas conseguissem mobilizar grande parte da população e, assim, alimentar a força da fração burguesa que levou Bolsonaro ao poder e fez da política ultradireitista um instrumento de seus interesses particulares e oligárquicos.

A condenação do ex-presidente não causou um mínimo de comção social e política. As manipulações dos bolsonaristas desde o Congresso Nacional para apresentá-lo como injustiçado, perseguido e enfermo se desfizeram diante das demonstrações objetivas de que a conspiração, se vitoriosa, teria causado um grande tremor nas instituições do Estado que se reconstituíram após 21 anos de ditadura militar.

Depois da dissipação das pressões de Trump, Bolsonaro e seus partidários no Congresso Nacional não teriam outra via a não ser aceitar como fato consumado a sua prisão. A direita e a ultradireita perderam politicamente uma disputa no seio do poder do Estado, mas tão somente arcam com uma derrota provisória. Contam com o desmantelamento do governo Lula para reerguer o espectro bolsonarista nas eleições de 2026.

Um fato que prejudicou imensamente esse objetivo foi a prisão cautelar de Bolsonaro, que estupidamente montou uma vigília religiosa no dia 21 de novembro, para acobertar um plano de fuga do condenado. A exposição da tornozela eletrônica danificada pelo próprio Bolsonaro acabou sendo uma teatral comédia de um ex-presidente acovardado e ansioso à espera de sua transferência da cômoda prisão domiciliar para um presidio.

Sem a figura religiosa de Bolsonaro, os aliados de centro-direita

se batem em torno à definição de uma candidatura à eleição presidencial do próximo ano e aos riscos de uma divisão na oposição ao governo Lula. As negociações se fazem a céu aberto e na obscura cacatumba das forças conservadoras e reacionárias. O recente anúncio do senador Flávio Bolsonaro de que seu pai o indicou como candidato soou como um grosseiro embuste. A união dessas forças está condicionada ao objetivo de abreviar ao máximo possível a prisão de Bolsonaro.

É visível que a queda do ex-presidente e de seus generais não significou e não significa a perda de capacidade da ultradireita e direita de manterem as iniciativas políticas. Lula se encontra encurralado politicamente, já que desde a sua posse dependeu do “Centrão” para governar. As negociações voltadas às emendas parlamentares não só reproduziram a velha prática da “Nova República” como as tornaram mais presentes nas condições de fragilidade do Executivo e fortalecimento do Legislativo e o Judiciário.

O governo petista bate a cabeça de um lado para outro para não perder o débil equilíbrio e garantir sua candidatura na próxima eleição. Na medida em que avança a corrida eleitoral, a crise política se acirra. As massas continuam à margem, arcando com o peso da alta concentração de riqueza em posse da ultraminoria e com a pobreza e miséria estruturais. As enfermidades sociais se potencializam e se transbordam na forma de violência de classe sobre os mais explorados, mais pobres e mais miseráveis.

É nesse marco que o governo do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, lançou sua feroz polícia contra um contingente de jovens favelados que é arrastado pelo narcotráfico. Os 121 mortos pela polícia no Complexo do Alemão e da Penha retratam o Estado policial que se estruturou sob a máscara da democratização e da “Nova República”. O Parlamento, o Executivo e o Judiciário, ainda que em palavras mostraram divergências quanto ao procedimento policial no Rio de Janeiro, ficaram de mãos dadas em nome do combate ao narcotráfico, que não é senão uma criação do capitalismo em decomposição.

Como se pode constatar, faz parte da crise do Estado burguês a política de conciliação de classes desenvolvida pela vasta burocracia sindical que também se constituiu sob o manto da “Nova República”. É sintomático que a ultradireita tenha montado uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPIM) para investigar os golpes aplicados aos aposentados e pensionistas do INSS. A burocracia sindical pratica a corrupção desenfreada e vem desmoralizando as organizações dos trabalhadores, que devem ser recuperadas para a luta de classes. Tudo indica que ganha força as tendências de queda econômica e de agudização dos conflitos interburgueses em torno a novas contrarreformas em função do agigantamento da dívida pública, da perseverança do déficit público e das altas taxas de juros.

O trabalho da vanguarda revolucionária é o de impulsionar os instintos de revolta nos explorados por meio da defesa do programa próprio de reivindicações, dos métodos da ação direta e da organização independente do proletariado perante todas as variantes da política burguesa.

Apodrecimento do parlamento oligárquico

O Estado de Direito e a democracia no Brasil nasceram oligárquicos e assim permaneceram. Essa é a principal característica do sistema federativo da República. A questão não se encerra no fato da burguesia brasileira ser composta de frações oligárquicas. Ocorre que se trata de uma democracia em decomposição. A Nova República que sucedeu os 21 anos de ditadura militar não rejuvenesceu a Velha República.

A corrente nacional reformista que tem suas raízes históricas no nacionalismo burguês e que ressurgiu no processo de democratização de fins de 1970, tendo sido o PT sua principal força política, logo se submeteu à burguesia oligárquica e, portanto, às suas instituições estatais. A emergência de Lula como um caudilho insubstituível foi fruto das contradições de classes e do distanciamento das velhas tendências oligárquicas partidárias perante as massas que formam a maioria nacional oprimida. O nacional-reformismo encarnado pelo PT não poderia ter chegado ao poder se não tivesse se adaptado gradativamente à democracia oligárquica que ressurgiu já de início apodrecida.

Lula exerce o quinto mandato do PT no momento em que se forjou um parlamento extremamente fisiológico e dependente direto das frações oligárquicas burguesas que não têm como garantir o desenvolvimento econômico e social do país. O auge do nacional-reformismo ocorreu nos dois primeiros mandatos de Lula, de 2003 a 2011. Momento em que evidenciou a dependência do PT ao domínio oligárquico do Estado e do regime político.

O golpe institucional de Estado que derrubou o governo petista de Dilma Rousseff em 2016 expôs a impotência do nacional-reformismo e seu declínio nos marcos do agravamento da pobreza e da miséria da maioria oprimida, ou seja, da crise social. A gestação de um movimento burguês de ultradireita encabeçado por Bolsonaro ganhou força nas condições de fracasso do nacional-reformismo, cujo objetivo original foi o de constituir um governo democrático e popular, resolver o problema da miséria, alcançar um desenvolvimento econômico “sustentável”, aprimorar a democracia deixando para trás seu funcionamento oligárquico e dar ao Brasil uma estatura de país soberano diante do imperialismo. Esse ideário montado no fim da ditadura militar ficou enterrado no passado.

Ao alcançar o poder do Estado na eleição presidencial de 2002, o PT já estava comprometido com setores da classe capitalista e entranhado nas relações políticas da democracia oligárquica. O seu envolvimento nos escândalos do “Mensalão” e da “Operação Lava Jato” pôs às claras que nenhum partido pode governar o país sem estar imerso no jogo dos interesses particulares dessa ou daquela fração da burguesia oligárquica e dos condicionamentos ditados pelo imperialismo. Tais interesses são antinacionais e antipopulares. Eis por que Lula foi preso por decisão no denominado Estado de Direito, foi solto e eleito ao terceiro mandato pelo Estado de Direito e escapou de um golpe de Estado por esse mesmo Estado de Direito.

Essa trajetória foi e tem sido possível não só devido ao fato do PT e Lula terem se tornado uma criatura confiável da burguesia,

mas, sobretudo, porque serviu de instrumento para a formação de uma ampla burocracia sindical que permite funcionar as engrenagens da política de colaboração de classes.

O terceiro mandato de Lula se tornou possível, única e exclusivamente, pela vontade de setores da burguesia e, assim, pelas contradições políticas que regem as instituições do Estado. A maior parte dos explorados ouviu o chamado de Lula e do PT nas eleições de 2022 nas condições de bancarrota do governo Bolsonaro, que se viu golpeado politicamente pela crise pandêmica. Para que esse curso se tornasse viável, Lula e o PT teriam de fazer um governo de continuidade das contrarreformas armadas no governo golpista de Temer e no do ultradireitista de Bolsonaro, saído das eleições de 2018.

Retrato da decomposição da democracia oligárquica

Os cinco mandatos do PT mostram a impossibilidade do nacional-reformismo constituir uma maioria no Congresso Nacional. O “Centrão”, as bancadas do ruralismo, da bíblia e da bala, enfim, a coligação de partidos orgânicos da burguesia, de centro-direita e ultradireita, comandam em última instância a política desde o parlamento. O conflito com o Judiciário ocorre em torno às particularidades que envolvem a constitucionalidade das decisões. A reclamação de que o STF excede sua competência agindo politicamente sobre o Legislativo evidencia a fraqueza do governo central. O mesmo se passa com decisões do Congresso Nacional que colidem com aspectos da Constituição.

São várias as áreas de atritos. A mais recente é a decisão da Câmara de Deputados quanto à manutenção

de Carla Zambelli (PL) na condição de deputada estando condenada à prisão, foragida na Itália e à espera de extradição. Imediatamente, Alexandre de Moraes revogou essa decisão. Evidentemente, os bolsonaristas e aliados sabiam que essa seria a atitude do STF, não se importando se havia votado contra uma norma constitucional. Trata-se de um caso extremo, já que contraria uma das normas constitucionais. Na mesma situação, se encontra o parlamentar bolsonarista Alexandre Ramagem (PL), condenado no processo de tentativa de golpe de Estado, juntamente com Bolsonaro e demais conspiradores, e que fugiu para os Estados Unidos. O deputado federal Eduardo Bolsonaro também abandonou o país para agir desde os Estados Unidos em favor de sua família política. Um caso grotesco de um parlamentar que se auto exilou sem que tivesse uma condenação mantendo seu cargo, embora também violasse a constitucionalidade.

A maioria no Congresso Nacional esteve e está contra a condenação e prisão de Bolsonaro. Não pôde, porém, se sobrepor à posição do STF, mas continua procurando caminho de anular a sua decisão, o que significa apoiar a tentativa de golpe fracassada. Os bolsonaristas ocuparam a mesa diretoria da Câmara dos Deputados, no início de agosto, para protestar contra a prisão domiciliar de Bolsonaro e exigir a aprovação de um tal de “pacote da paz”, que nada mais era do que uma anistia aos golpistas. Durante 30 horas, a Câmara ficou paralisada e submetida a negociações para que o seu presidente Hugo Motta retomasse o comando. O deputado pelo PSOL, Glauber Braga, ameaçado cassação de mandato em ra-

ção de um episódio ridículo de expulsar um militante ultradireitista do MBL, que achincalhou sua mãe que estava hospitalizada, resolveu imitar os bolsonaristas e solitariamente ocupou a cadeira de Hugo Motta, sendo arrancado pela segurança. No dia seguinte, os deputados por grande maioria aprovaram a sua suspensão por seis meses e decidiram por não cassar o mandato de Zambelli.

Nesse contexto, a Câmara de Deputados aprovou o PL da Dosimetria, confeccionado pelo deputado Paulinho da Força em comunhão com o STF. O Partido Liberal não teve como ir adiante com a anistia a Bolsonaro. Está confiante que logo mais haverá uma mudança da situação política em que se tornará viável libertar os golpistas de 8 de janeiro. De qualquer maneira, a Dosimetria diminuirá o tempo de encarceramento daqueles que conspiraram contra o Estado de Direito e a democracia.

Nesse pântano, Gilmar Mendes, do STF, emitiu uma decisão que limitava o processo de impeachment contra os juízes da alta Corte, que passaria a ser permitido apenas à Procuradoria-Geral da República (PGR). Montado o circo, Gilmar Mendes suspendeu parte da decisão. Esse é um conflito que há algum tempo vem crescendo. Os parlamentares de direita e ultradireita querem um trunfo para se contraporem às ações judiciais que volta e meia atingem corruptos e corruptores, que se valem dos cargos no Congresso Nacional.

Nada melhor do que esse tipo de crise para os parlamentares do “Centrão” aprovarem no Senado o chamado “Marco Temporal”, que acabará sendo adotado definitivamente com a decisão da Câmara de Deputados. Uma vez resolvida a pendência, prevalecerá inteiramente os interesses dos latifundiários contra os dos indígenas, que somente manterão suas terras se tiverem sido demarcadas antes da Constituição de 1988.

Para completar esse quadro tétrico, o Senado aprovou com algumas mudanças o Projeto de Lei Antifacção, construído pela ultradireita na Câmara de Deputados. Os petistas se vangloriam da última versão com o argumento de que não passaram as restrições à Polícia Federal e o objetivo de caracterizar o crime organizado como narcoterrorista, como o qualifica o imperialismo norte-americano. Mas o fato é que prevaleceu o fortalecimento do Estado policial.

Essas disputas palacianas ocorrem por cima e à margem das necessidades mais prementes da classe operária e dos demais trabalhadores. O fortalecimento das tendências autoritárias da burguesia oligárquica vem ganhando terreno. O PT, aliados de esquerda e a burocracia sindical contribuem barrando o descontentamento da maioria oprimida, canalizando-o para a política de conciliação de classes e desviando-o para as manobras institucionais e para as disputas eleitorais.

O governo Lula se debate com uma oposição obscurantista e fascizante, sem poder recorrer às massas uma vez que se assenta na implantação das contrarreformas e no atendimento aos interesses do grande capital. O exitismo em torno a baixa taxa de desemprego e a contenção da alta inflacionária tem fôlego curto. Oculta os fatores que mantêm e ampliam a pobreza e a miséria da maioria dos brasileiros.

O PT e Lula são responsáveis pela implantação das contrarreformas, que têm ampliado as relações informais entre o capital e o trabalho. Esmeram em sustentar a gigantesca dívida pública e o consequente parasitismo financeiro. Favorecem, em última instância, os poderes oligárquicos. Fortalecem a burocracia sindical colaboracionista, autoritária e corrupta. Iludem as massas com o assistencialismo burguês. E alimentam a farsa de que a disputa política se dá entre “democracia” e “fascismo”. De conjunto, a política do nacional-reformismo se encontra em contraposição às necessidades dos explorados e, por isso, acaba por auxiliar o movimento burguês de direita e ultradireita.



Resposta programática da classe operária

É fundamental reconhecer, entender e responder à crise política tendo por base o bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais e de seus condicionamentos internacionais. O capitalismo se contorce em mais um momento de agudização de sua crise estrutural. Não há como deter as tendências direitistas e ultradireitistas da burguesia e de suas instituições estatais a não ser por meio da luta de classes. Os desvios do nacional-reformismo se desmoronam dia a dia e se elevam as forças contrarrevolucionárias que se organizam para combater a ferro e fogo a mobilização independente da classe operária, dos camponeses pobres e das camadas empobrecidas da classe média urbana.

A insuportável contradição entre o enriquecimento cada vez maior da minoria burguesa e o empobrecimento cada vez mais amplo da maioria oprimida se converte em luta política, ou seja, em luta de classes. É preciso ter claro esse curso para reagir e combater a disputa eleitoral já em andamento. A vanguarda com consciência de classe, munida dessa compreensão, tem em suas mãos a tarefa de levantar as bandeiras da classe operária e da maioria oprimida em contraposição ao poder da burguesia. É perceptível que fermenta no interior da classe operária e dos pobres do campo o descontentamento com os partidos da burguesia. Falta-lhes, no entanto, uma direção revolucionária que liberte os sindicatos do estatismo e da política de conciliação de classes.

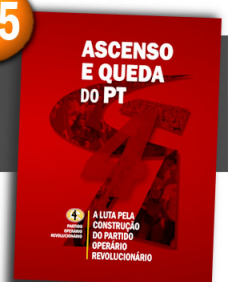
As massas golpeadas pelo desemprego, subemprego, informalidade e brutal exploração do trabalho tendem objetivamente para abraçar o programa próprio de reivindicações que o Partido Operário Revolucionário (POR) vem diuturnamente desenvolvendo como resposta à crise estrutural do capitalismo e à decomposição da democracia burguesa. Um passo decisivo é o de se libertar da camisa de força da política burguesa nacional-reformista encarnada pelo PT, pelos seus aliados de esquerda e pelo governo burguês de Lula. Os sinais desse caminho estão postos com a tarefa de pôr em pé o Partido Operário Revolucionário, que vem há anos constituindo o programa da revolução social.

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.



Ceará

O significado do racha do PL com Ciro Gomes



O evento de lançamento da pré-candidatura de Eduardo Girão (Novo), em Fortaleza, dia 30/11, expôs publicamente uma divisão no seio do PL e determinou a suspensão das negociações com Ciro Gomes para uma aliança eleitoral em 2026. Ao cabo de poucos dias, se desfez um acordo que se imaginava inquebrantável pelos próprios bolsonaristas locais.

A aproximação entre ciristas e bolsonaristas no estado data do segundo turno das eleições municipais, em outubro de 2024, quando o ex-prefeito Roberto Claudio (então PDT) se aproximou de Cap. Wagner (União Brasil), para apoiar a candidatura de André Fernandes/PL à Prefeitura de Fortaleza. A vitória apertada de Evandro Leitão sobre esta oposição reacionária (com uma margem de apenas 10 mil votos) os aproximou ainda mais no objetivo de combater os governos petistas. As divergências de Ciro com a cúpula do PT no estado não são tão antigas, datando das eleições estaduais de 2022. Apesar disso, Ciro passou por rupturas traumáticas com o ex-governador Camilo Santana/PT e com seu irmão Cid Gomes/PSB.

O racha de Ciro com a aliança governista montada pelo PT, como se sabe, nunca teve base programática, mas apenas interesses eleitorais. Os mesmos interesses que o levam, nesse momento, a buscar uma aproximação com a direita bolsonarista. Ciro fez muitos esforços nesse sentido. Quanto mais ácido se tornava frente ao governo Elmano de Freitas, mas aplaudido era pelas hostes ultradireitistas. Em maio de 2025, houve um salto qualitativo nesse processo. Um café da manhã na Assembleia Legislativa uniu Ciro a líderes bolsonaristas, com direito a fotos para a imprensa. O ex-ministro, na ocasião, não poupou ataques ao PT e fez elogios ao Dep. Pastor Alcides Fernandes, instando-o a candidatar-se ao Senado. Ciro se aproximou ainda mais do bolsonarismo ao elogiar Wagner e André Fernandes. Em sua cerimônia de posse de filiação ao PSDB (outubro/2025) repetiu o mesmo mantra repleto de impérios.

Tudo corria bem, quando Michelle Bolsonaro abriu fogo contra as tratativas envolvendo Ciro. Ela argumentou que Ciro é um oportunista e um aliado de ocasião; que possui no currículo um rol de ataques a Bolsonaro, o que, evidentemente, não deixa de ser verdade. De nada adiantou o constrangido André Fernandes, presidente da sigla no Ceará, revelar que a aproximação tinha o aval do próprio Bolsonaro. Pouco depois do terremoto causado por Michelle, no lançamento da pré-candidatura de Eduardo Girão, a liderança nacional no PL reuniu-se em Brasília. A queda de braço entre ela e os filhos de Bolsonaro (que publicamente chegaram a tomar posição em defesa da aliança com Ciro, tal como o presidente nacional do PL, Valdemar da Costa Neto) terminou com um acordo onde prevaleceu sua posição. André Fernandes, que esteve na reunião, declarou contrariado aos jornalistas que as negociações com Ciro estavam suspensas daquele momento em diante.

O PT comemorou o racha, enquanto Cid (PSB) deu declarações vagas de que fará campanha pela reeleição de Elmano. Ciro permanece em silêncio, bom sabedor que é do adágio popular que diz que “o peixe morre pela boca”. As mais recentes pesquisas de opinião apontam empate técnico entre o ex-ministro e o atual governador, ao passo que Girão não aparece com mais que 14% das intenções de voto. Ciro se vê neste momento sem apoio da ultradireita, que não tem um nome forte para disputar o governo do estado. O PSDB tenta acalmar os ânimos e aparar as arestas, mas calcula que, em último caso, se Ciro mantiver a competitividade, o PL virá somar-se no 2º turno. É evidente que Ciro não tem compromisso com a ultradireita, mas, antes de tudo, consigo mesmo e com seu grupo. Sua declaração contra Eduardo Bolsonaro no momento em que os EUA sobretaxavam o Brasil com tarifas de 50% mostra-o bem. É indiscutível o uso do bolsonarismo como catapultador eleitoral. É precisamente neste fato - visível à luz do dia - que Michelle se apoia para vetar o apoio a Ciro no Ceará. Por outro lado, a ala derrotada do PL (a ampla maioria do partido no Ceará) argumenta que Girão não tem chances e que a divisão da direita favorece Elmano. Do ponto de vista do governo, não está de todo descartado (é o que se especula nos bastidores) que em caso de naufrágio de Elmano, Camilo Santana ou mesmo Cid Gomes poderiam substituí-lo como candidato.

O fundamental é compreender que a disputa entre a ultradireita e a esquerda burguesas não pode apresentar qualquer saída para as massas trabalhadoras. Os explorados e a juventude proletária não devem se deixar arrastar por qualquer das frações burguesas que disputam o controle da máquina estadual. Vença quem vencer, continuarão a governar para o grande empresariado e administrar a crise do capital. É imperativo a defesa da independência de classe. A vanguarda combativa tem a tarefa de desmascarar as diversas alas da burguesia que se apresentam como benfeitoras das massas e vincular a luta por melhores condições de vida com a luta superação da sociedade de classe.

Rio Grande do Sul

As consequências das privatizações para a maioria oprimida

No dia 22 de novembro, o Reajuste Tarifário Anual (RTA) aprovado pela ANEEL para as contas de luz da CEEE Equatorial (privatizada em 2021) entrou em vigor. O aumento médio foi de 19,53%, impactando quase 2 milhões de unidades consumidoras

no Rio Grande do Sul. O maior reajuste foi de 21,82% na categoria baixa tensão, que abrange imóveis rurais, do poder público, iluminação pública e serviço público. O aumento na categoria residencial B1 foi de 21,76%, incluindo apartamentos e casas, e de

12,36% na alta tensão, usada pela indústria e comércios e hospitais de grande porte.

Conforme dados da ANEEL, em cinco anos de Equatorial (2021-2025), a média anual dos ajustes foi de 8,62%, enquanto que a CEEE-D (pública) mostrava uma média anual, para o período de 2016-2021, de 4,89%. A média anual de reajustes do período 2021-2025 é aproximadamente 76% maior que a média anual do período 2016-2020, mostrando que os aumentos tarifários ficaram significativamente mais elevados após a privatização. Essa comparação já nos mostra que o discurso privatista sobre eficiência não se aplica ao bolso dos consumidores, muito embora os lucros da Equatorial tenham aumentado, o que implica numa maximização de receita via aumento de tarifas.

Em 2022, a CEEE Equatorial foi multada em R\$ 24,3 milhões pela AGERGS (confirmada depois pela ANEEL), por graves falhas na prestação do serviço: a empresa descumpriu os padrões regulatórios de continuidade da energia elétrica – ou seja, violou os limites regulatórios de interrupção do serviço em 48 das 62 regiões sob sua concessão, equivalente a cerca de 77,5% do território atendido. Essa penalização ocorreu antes dos eventos extremos climáticos que Riberto José Barbanera (atual presidente da CEEE Equatorial) tem usado na CPI da Equatorial para justificar o descumprimento dos indicadores de qualidade da ANEEL para os anos de 2023-2024 no RS (marcados por enchentes, fortes temporais, ciclones, etc.). Neste caso, é possível concluir que os aumentos tarifários não compensam nem mesmo uma melhoria na qualidade do serviço como promete o discurso privatista.

No que diz respeito às relações de trabalho, após a privatização, a CEEE Equatorial reduziu drasticamente o número de empregados próprios e passou a depender fortemente de terceirizados. Segundo o Sindicato dos Eletricistas do Rio Grande do Sul (Senergisul), muitos dos atuais trabalhadores da rede não têm a experiência ou a formação que existia anteriormente, contratados por meio da empresa terceirizada Setup, envolvida num esquema de fraudes nos treinamentos, conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Além dos três trabalhadores terceirizados que morreram em 2023 enquanto prestavam serviço para a CEEE Equatorial, em 2024 houve pelo menos dois acidentes graves ligados à empresa, onde nem a CEEE nem a empresa terceirizada emitiram a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT). Registram-se denúncias de jornadas exaustivas (mais de 60 horas semanais) em atividades de alto risco, pressão por produtividade e desrespeito sistemático aos protocolos de segurança, aos quais se amontoam relatos de assédio moral, precarização das condições de trabalho,

falta de equipamentos adequados e estrutura de supervisão deficiente. Em suma, a CEEE Equatorial socializa os prejuízos aos consumidores, privatiza os lucros e precariza ainda mais o trabalho dos eletricitários.

Essa situação não é senão expressão da crise de decomposição do capitalismo. A nível estadual, também foram privatizadas a SULGÁS (2021) e a CORSAN (2022), enquanto que a nível municipal tivemos a privatização da Carris (2023), de parte do DMAE (2025) e a permanência da Trensurb no Programa Nacional de Desestatização (PND). A CEEE-D e todas essas empresas públicas possuem em comum a alegação dos governos federal, estadual e municipal de que o Estado precisa economizar os gastos orçamentários tendo em vista a necessidade de continuar honrando o pagamento da dívida pública.

A chamada “crise fiscal” dos Estados é uma realidade internacional. Com base nos dados do FMI (2024), atualmente o déficit público de todos os países representa 94% do PIB mundial. A corrida armamentista impulsionada pela guerra comercial entre EUA e China agrava ainda mais essa situação com os gastos militares. Soma-se a isto o endividamento privado (empresas e famílias) que representa 143% do PIB mundial. Assim, o Estado é pressionado a arcar ainda mais com essas dívidas privadas por meio de salvamentos, subsídios, isenções fiscais, etc. Nas relações entre as nações, esses endividamentos geralmente são externalizados na forma de contrarreformas de austeridade fiscal e programa de privatizações para que os países semicoloniais canalizem suas verbas para o capital financeiro, enquanto que as potências imperialistas flexibilizam a própria dívida com emissões monetárias, juros baixos, etc.

Nenhum governo, de esquerda ou de direita, pode solucionar ou contornar essa situação com mera “vontade política”: as contrarreformas de Temer e Bolsonaro se seguiram no governo Lula, mantendo-se e ampliando os mecanismos de controle fiscal que condicionam os estados e municípios a seguirem a mesma política. Enquanto isso, as direções sindicais burocráticas buscam manter os trabalhadores no imobilismo, nas medidas judiciais, nos desgastes eleitorais de governos de direita e nas amarras governistas dos de esquerda.

Impõem-se a responsabilidade da vanguarda com consciência de classe de organizar as oposições sindicais e de enfrentar as burocracias em defesa dos métodos próprios dos explorados na luta de classes no combate às privatizações e pela reestatização sobre o controle operário do que foi privatizado.

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:

Crítica programática ao PCBR



Apontamentos sobre os documentos do XVII
Congresso extraordinário do PCBR



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:

O capitalismo avança na destruição da natureza, das fontes de riqueza e dos seres humanos



A posição crítica do POR diante
da impostura dos ambientalistas e
reformistas frente à crise climática



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

**NOSSA CLASSE***Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Dezembro/2025 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | @massas.por



Camaçari/BA

Lições da greve dos operários terceirizados da construção civil da fábrica da BYD

No início do ano, a fábrica da BYD já havia sido alvo de ação do Ministério Público do Trabalho contra as empreiteiras China JinJiang e Tonghe, que prestavam serviços exclusivos para a BYD, em virtude de trabalho análogo à escravidão. Cerca de 220 operários chineses trabalhavam com alojamentos sem as mínimas condições de conforto e higiene, com presença de vigilância armada, retenção de passaportes, contratos de trabalho com cláusulas ilegais, jornadas exaustivas e sem descanso semana, etc.

Após a fiscalização, os operários chineses foram “resgatados”. No entanto, a BYD continuou a contratar operários brasileiros terceirizados por meio das empreiteiras Terra, Falcão, Valtec, Engenova e Open, mantendo as mesmas precárias condições de trabalho.

As denúncias dos trabalhadores da construção civil incluem falta de banheiros e de higiene adequada, a água para beber é quente, falta de meios para esquentar a comida, de transporte dentro da fábrica (os operários tinham de andar mais de 4 km todos os dias), descumprimento da atualização salarial da convenção coletiva, não pagamento de insalubridade, atrasos de pagamento etc. Tudo isso mostra que a multinacional chinesa utiliza violentos métodos de exploração da força de trabalho, não se diferenciando das demais empresas capitalistas.

As condições insuportáveis levaram a uma insatisfação crescente. A greve se iniciou dia 2 de dezembro. Os operários viram na campanha feita na porta da fábrica pelo movimento em defesa do fim da escala 6x1 e na agitação por um dia de paralisação um caminho para lutar. Assim, os operários terceirizados da construção civil encontraram nesse chamado à “paralisação” um apoio para o início da greve.

Aprovou-se uma pauta de reivindicações, que incluiu: mais banheiros químicos e limpeza; instalação de bebedouros; construção de vestiários, banheiros e fumódromos; transporte para trabalhadores que moram longe; mais ônibus para deslocamento dentro da fábrica; fim dos assédios e ameaças; fim dos atrasos no pagamento; aumento do auxílio alimentação e transporte; atualização do piso salarial e da cesta básica conforme convenção coletiva; pagamento dos 30% de insalubridade.

A greve contou com a adesão de cerca de 2000 operários, e realizou atos na porta da fábrica e também marcha nas vias próximas. O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Camaçari e Região (Sindticcc Bahia - CUT) desconheceu, inicialmente, a legitimidade da greve. No entanto, no 3º dia (04/12), os dirigentes do Sindticcc resolveram aparecer na mobilização, com um carro de som próprio, visando conter e disciplinar a fala dos grevistas. Os trabalhadores rejeitaram colocar o movimento nas mãos dos burocratas da CUT.

No 4º dia de greve (05/12), houve uma primeira mesa de negociação das empresas e com a direção da greve que está por constituir um novo sindicato, mas as empresas se mantiveram intransigentes.

Ao longo do final de semana, sob a pressão da greve, a BYD e as empresas terceirizadas realizaram concessões ao movimento. Parte das reivindicações foi atendida: instalação de novos banhei-

ros químicos, bebedouros com água gelada, carros-pipa, novos micro-ondas, ampliação da frota de ônibus de transporte interno, abono de faltas dos dias da greve e garantia de que nenhum trabalhador grevista seria demitido. Entretanto, seguiam pendentes reivindicações como aumento do benefício de transporte e alimentação (cartão Caju), a realização imediata da medição de insalubridade para confirmar a necessidade de adicional, e a redução do preço do almoço aos sábados.

No 7º dia de greve (08/12), uma comissão com cerca de 100 operários ocupou a Delegacia Regional do Trabalho de Camaçari, para exigir uma mediação para o atendimento das reivindicações restantes, onde foram recebidos pela auditora do trabalho responsável. No entanto, no mesmo dia, a empresa Falcão, descumprindo a garantia de não demissão, notificou por Whatsapp a demissão de três lideranças grevistas, os operários Júlio Santos, Paulo Henrique Bispo e Juan Brito, que encabeçam a formação de um “Sindicato Livre” e também candidatos para a CIPA, o que garante, por lei, a estabilidade por 6 meses.

No 8º e último dia da greve (09/12), o governador Jerônimo Rodrigues (PT), como um típico governo burguês, enviou cerca de 30 policiais, em 7 viaturas, para reprimir com bombas e balas de borracha os grevistas restantes que ainda lutavam bravamente pelo atendimento integral das reivindicações.

A BYD e as empresas terceirizadas se utilizaram da tática de, por um lado, realizar concessões às pautas mais emergenciais, e por outro usar método de amedrontamento, ameaças e demissões, para tentar esvaziar o movimento, isolar e expor a vanguarda mais combativa. No último dia da greve, alguns operários reclamavam que muitos colegas já estavam entrando para trabalhar. A adesão já não era suficiente, o que possibilitou a rápida e violenta repressão.

Cabe ao movimento extrair as lições sobre as táticas utilizadas pela patronal e sobre qual o melhor momento de recuar de forma coletiva e organizada, a fim de melhor preservar as forças do movimento para futuras paralisações, considerando as condições desfavoráveis de ser uma luta isolada e da sabotagem por parte da burocracia do sindicato oficial e das principais centrais sindicais, a exemplo da CUT e também da CTB, que dirige o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari.

A greve dos operários da construção civil terceirizados da BYD, ao atingir, ainda que parcialmente, as reivindicações mais sentidas, demonstrou sua força como método de luta coletivo da classe operária. Mas sua importância vai muito além de suas reivindicações imediatas. A greve dos operários terceirizados da BYD aponta para o conjunto da classe operária nacional o caminho da luta. Mostra que, com união, a classe operária pode lutar coletivamente, mesmo nas condições mais desfavoráveis de abandono das direções sindicais burocráticas e traidoras.

O fundamental da experiência está em que se constituiu uma direção da greve e que esta pode manter a organização dos trabalhadores. A conservação da unidade dos que lutaram em torno do programa de reivindicações permitirá a luta para varrer a burocracia sindical, libertar os sindicatos para que cumpram sua função

classista e revolucionária de resposta à exploração capitalista do trabalho.

A experiência da greve na BYD mostra que, diante do abandono das direções sindicais, cresce a insatisfação dos operários, e estes lutam com o que tem. A ausência de tradição organizativa nas camadas mais jovens da classe operária, fruto da política traidora de conciliação de classes do PT nos sindicatos, joga em desfavor

Volkswagen

Denúncia dos operários

Operários da Volks denunciaram ao Nossa Classe que a Comissão de fábrica negociou a terceirização de um setor da empresa, e o serviço passou a ser realizado pela empresa terceirizada SeSé. Ou seja, a comissão de fábrica, que deveria defender os empregos e organizar a luta contra a terceirização, está ajudando a Volks a terceirizar setores, o que tem levado à demissão de trabalhadores efetivos, que ganham mais, e a contratar uma empresa terceirizada que paga um salário miserável. Os trabalhadores no chão de fábrica estão revoltados com mais essa traição. Com toda razão.

A direção do sindicato há muito tempo deixou de defender os interesses dos operários e passou a negociar os acordos de demissão, terceirização, Banco de horas, redução de salários e direitos, que só beneficiam a patronal e seus lucros.

Os burocratas sindicais utilizam a comissão de fábrica para fazer carreira política e defender seus próprios interesses. Luiz Marinho, ex-presidente do sindicato e atual ministro do trabalho do governo burguês de Lula, quando presidente fez vários acordos para ferrar os trabalhadores. Vicentinho, ex-presidente do sindicato está há vários mandatos como deputado federal. Wagner Lima, ex-coordenador da comissão de fábrica na Volks, foi eleito vereador em Santo André. Todos esses burocratas e vários outros, que hoje estão mamando nas tetas do Estado, negociaram acordos que permitiram à patronal demitir, terceirizar, reduzir salários e direitos dos trabalhadores. Por isso, os militantes do Boletim Nossa Classe entende a revolta que existe no chão de fábrica dos operários com a burocracia sindical vendida.

Realizado o Encontro Operário em São Paulo

A desindustrialização a nível mundial e a resposta proletária foi o tema debatido no Encontro Operário que o POR vem realizando mensalmente com os contados, objetivando construir as comissões de fábrica de luta, classista e revolucionárias. Apresentamos uma síntese conclusiva do estudo.

Desindustrialização Brasileira e mundial

A economia mundial se caracteriza pela interdependência e a relação entre países e suas forças produtivas em diferentes estágios de desenvolvimento. Não é possível entender a situação particular da indústria brasileira sem entender seu papel na divisão internacional do trabalho.

Os países imperialistas (países do G7), que através do poder econômico e militar impõem seus interesses a nível mundial, não têm interesse em que existam forças produtivas altamente desenvolvidas e disputando os mercados mundiais. Portanto nas semicolônias como o Brasil, o interesse maior dos países imperialistas é na superexploração da força de trabalho e na exploração de recursos naturais, tais como energia (Petróleo), minerais (terras raras) e

dos operários. No entanto, novas lideranças surgem, e com elas o impulso, que vem da necessidade de defender suas condições de vida, para a superação das debilidades organizativas e da falta de experiência. Persiste a tarefa dos revolucionários de organizar uma vanguarda proletária no interior das fábricas em torno ao programa revolucionário, apoiando-se nas lições das lutas operárias como a da valorosa greve na BYD.

Não confundir o sindicato com os dirigentes pelegos que estão na sua direção

O Boletim Nossa Classe chama os operários da Volkswagen e demais empresas a não confundirem o sindicato com os dirigentes sindicais traidores que hoje se encontram em sua direção. Reafirma que o sindicato é um importante instrumento de luta criado pela classe operária, para enfrentar coletivamente aos ataques da patronal e defender as reivindicações vitais da classe operária por meio da ação direta. Frente aos acordos patronais que vêm sendo feitos pelos dirigentes sindicais, a saída não é a desfiliação do sindicato.

Diferentemente do que pensam alguns trabalhadores, dar baixa no sindicato não resolverá o problema. Ao contrário, só agrava, porque quando os operários procurarem o sindicato para fazer alguma reclamação ou reivindicação, os burocratas irão dizer que eles não têm direitos de reclamar porque não são filiados. A filiação ao sindicato é o caminho para lutar contra a direção burocrática.

A tarefa colocada é a de organizar as oposições de luta, classistas e revolucionárias em todas as fábricas, para expulsar a burocracia sindical vendida e resgatar o sindicato para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos, por meio da ação direta e das greves e para defender a democracia operária e a independência do sindicato diante dos patrões e governos.

O Boletim Nossa Classe trabalha por organizar a luta da classe operária para colocar fim a exploração da força de trabalho, o que implica colocar o sindicato como instrumento auxiliar do combate pelo fim do capitalismo e a construção do socialismo.

produções gerais do agronegócio (carnes, soja, café, suco de laranja) e no parasitismo financeiro através da dívida pública.

No Brasil, assim como nas demais semicolônias, a burguesia nacional nativa é covarde e vendida, ou seja, via de regra não ousa enfrentar o imperialismo. Pelo contrário, ela se contenta em ser a agente local desse sistema. Seu papel é garantir que o Brasil permaneça estritamente como exportador de recursos primários e importador de manufaturas caras e dívida.

A burguesia nacional em seu conjunto lucram com a essa exploração da força de trabalho, mas o saldo final é que a mais-valia gerada pelo suor do proletariado e camponeses é, em grande parte, enviada para os caixas dos países imperialistas.

Portanto, considerando a importância da indústria para uma economia nacional, a situação da desindustrialização que vem ocorrendo no Brasil nas últimas décadas, não deve ser considerada como uma transição “moderna” para uma economia de serviços, como muitas vezes a mídia burguesa quer nos fazer acreditar.

Um país sem indústria perde soberania, pois torna-se incapaz de produzir suas próprias condições de existência autônoma, ficando assim dependente da importação de produtos industrializados dos países imperialistas.

O Brasil teve seu pico de industrialização na década de 1980, quando a indústria chegou a representar cerca de 27% do PIB. Atualmente, na média entre 2020 e 2025 a indústria passa a representar cerca de 11% do PIB nacional. Isso resultou em uma economia que perdeu substância produtiva, tornando-se refém de ciclos de

valorização de commodities e juros, refletido na alta volatilidade do desemprego e baixo investimento. No Brasil, o investimento fixo caiu de 23% na década de 1980 para 16% na década de 2020, portanto uma queda de 30%, enquanto nos países do G7 a queda do investimento fixo no mesmo período foi de 16%.

Ceará

Prefeitura do PT atende aos empresários e aumenta valor da passagem de ônibus

O prefeito de Fortaleza, Evandro Leitão (PT), cedendo à pressão dos empresários de ônibus da capital, anunciou o aumento da passagem para 2026. A tarifa passará dos atuais R\$ 4,50 para R\$ 5,40; um aumento de 20% (o maior da história de Fortaleza) no bolso do trabalhador. O valor da meia-passagem estudantil foi mantido nos atuais R\$ 1,50 como uma forma de evitar manifestações de rua e revolta da juventude pobre.

É importante lembrar que em setembro deste ano, os empresários ignoraram deliberadamente as negociações com a prefeitura e impuseram um lockout parcial na cidade, cortando 25 linhas de ônibus. A população foi pega de surpresa e os estudantes da UFC afetados diretamente. Os capitalistas do transporte exigiam aumento das tarifas e mais subsídios. A prefeitura se mobilizou para colocar panos quentes e prometeu ajudar o setor. Não era surpresa para ninguém que Evandro Leitão cederia às chantagens do empresariado.

O sindicato patronal, Sindiônibus, alega que o fluxo de passageiros em Fortaleza foi reduzido em 45% nos últimos anos e, por isso, tem necessidade de elevar o valor das passagens para manter o caixa. Porém, basta dar uma volta em Fortaleza para se perceber a superlotação no transporte público. Além de lotados, a maior parte das linhas possuem equipamentos sem ar-condicionado, o que transforma os deslocamentos em uma cidade calorenta numa verdadeira odisséia. Os trabalhadores fortalezenses e da região metropolitana, cotidianamente, têm de, além de encarar uma jornada exaustiva de trabalho, se submeter a um cansativo percurso de ida e volta do trabalho. Para agravar a situação, precisarão de-

sembolsar mais R\$ 518,40 de seu bolso em 2026. Para as empresas, será um ano de alívio nas suas receitas.

Para beneficiar o empresariado e impedir o aumento generalizado das tarifas, o governo do estado, há anos, zerou o ICMS sobre o diesel dos ônibus. Um benefício de R\$ 3,4 milhões em subsídios. Já a Prefeitura de Fortaleza aumentou, em 2025, para R\$ 16,5 milhões o valor do subsídio mensal às empresas. No total, ambos repassam a cada mês R\$ 19,9 milhões aos cofres dos empresários. Os trabalhadores conscientes e juventude proletária devem rejeitar o aumento da tarifa, assim como os enormes subsídios repassados aos empresários.

Há alguns meses, formou-se em Fortaleza, o Comitê pela Tarifa Zero que é progressista na medida em que encarna a defesa das condições de vida da população pobre, que sofre com o transporte coletivo. O POR tem intervindo nesse comitê e colaborado nas panfletagens em terminais. Mas as forças políticas dirigentes deste comitê ao advogarem a tarifa zero, rejeitando ao mesmo tempo a luta pela estatização do transporte, se emblocam em uníssono com os governos em favor dos empresários.

O POR rechaça essa diretriz e defende que a tarifa zero, ou antes o passe-livre ilimitado para estudantes e desempregados, deve ser conquistado pela via da estatização sem indenização do transporte coletivo sob controle operário. Que o Comitê convoque a luta imediata contra o aumento da tarifa e que as entidades estudantis convoquem a juventude às ruas! Abaixo o Aumento das passagens! Fim dos subsídios! Estatização de todo o transporte coletivo já!

Ceará

Realizada a 13ª Marcha da Periferia

No dia 29/11, realizou-se na Praia de Iracema a 13ª edição da Marcha da Periferia em Fortaleza. A atividade foi preparada previamente com inúmeras reuniões e teve um caráter nitidamente democrático. Participaram da manifestação cerca de 700 ativistas, em sua maioria de comunidades de bairros da periferia, ocupações e estudantes universitários. Como de costume, estiveram ausentes os sindicatos e presentes alguns mandatos parlamentares.

O ato teve início às 15h, após concentração no aterro próximo ao Ideal Clube e seguiu pela avenida beira-mar até finalizar no Centro Cultural Belchior. A maioria das falas (especialmente de ONG's e organizações de direitos humanos) esteve centrada na exigência de mais políticas públicas para a periferia e fim do preconceito racial contra os negros. Uma parte das intervenções fez a defesa dos palestinos e condenou os ataques de Israel sobre Gaza, assim como denunciou as matanças da PM nas favelas.

O POR interveio juntamente com simpatizantes, com suas bandeiras e fala no carro de som. Explicou que a defesa das condições de vida das massas trabalhadoras e da juventude pobres passa pela reivindicação de emprego a todos, salários, direitos e revogação das contrarreformas. Denunciou a invasão de Gaza pelo Estado sionista de Israel, defendeu a autodeterminação do povo palestino, o fim do Estado de Israel e a necessidade dos explorados lutarem pelo fim do capitalismo através da revolução proletária.

O Ato foi encerrado com uma atividade cultural e leitura de uma carta das organizações. A Marcha cumpriu sua função ao reunir organizações diversas e apostar no método da ação direta. Padece ainda do predomínio da política reformista, mas sua construção democrática permitiu que as ideias revolucionárias pudessem se expressar. Que as próximas edições a aproximem do proletariado e da compreensão histórica de sepultar a sociedade de classe, única via para libertar a humanidade de todas as formas de opressão.



São Paulo – Litoral Norte

A USO (Unidade de Saúde Ocupacional) de São Sebastião está abandonada e agoniza

Após receber denúncias de inúmeros servidores que se queixam de falhas no atendimento devido à ausência de médicos especializados em saúde ocupacional, a Corrente Proletária do Litoral Norte SP, enquanto diretoria minoritária do Sindserv, esteve recentemente na USO (Unidade de saúde ocupacional) de São Sebastião, em comandos nos locais de trabalho e constatou que os servidores estão atordoados, sem saber o que fazer ao precisar de avaliação do médico perito, em todos os casos que englobam licenças médicas, licenças por acidente no trabalho, exames adequados ao processo de estágio probatório, bem como a não prestação de serviços essenciais, como a realização de exames periódicos de saúde, primordiais em qualquer Unidade de Saúde Ocupacional.

O descaso e a precarização que sofre a USO de São Sebastião é o resultado da privatização da equipe médica e parte da Unidade de Medicina do trabalho, que padece de abandono jamais visto em todas as gestões municipais encarregadas da administração municipal.

Antes da privatização dos serviços, esta unidade era referência entre os servidores, pois disponibilizava desde o acompanhamento da saúde dos servidores em atividade até a indicação e diagnósticos de possíveis especialidades médicas a serem consultadas.

Nessa realidade, em que os servidores públicos enfrentam o surgimento e agravamento de várias doenças pós pandemia, existe aí um grave problema que atinge toda a população que precisa dos serviços públicos, pois o trabalhador doente não tem condições, nos diversos setores, de prestar o atendimento e desenvolver suas funções para aqueles que necessitam do atendimento médico, pois adoentado e desgastado, nenhum trabalhador pode cumprir todas as tarefas que lhe são devidas, resultando mais desgaste e mais adoecimento.

A nitidez com que se observa o descontentamento e a capacidade reduzida da saúde dos trabalhadores é percebida pela população e pelo próprio servidor, que além de amargar um achatamento salarial, cujo reajuste do dissídio foi negado pela municipalidade no último período, ainda se depara com o quadro da saúde abandonado, totalmente sem médico.

O fato é que enquanto os servidores carregam em seus ombros os prejuízos das falhas pelo abandono do executivo municipal com um setor de extrema importância, por lidar com a saúde dos servidores, os governos, tanto federal, estadual ou municipal se empenham em privatizar cada vez mais os serviços públicos com o falso argumento de que assim a população terá “melhor atendimento” nas mãos da iniciativa privada.

O sucateamento intencional da USO de São Sebastião faz parte do programa geral de privatizações que a burguesia internacional e nacional vem impondo nas últimas décadas aos países semicoloniais, como o Brasil, em função da crise geral do capitalismo, onde a burguesia procura descarregar nas costas dos trabalhadores todo o peso dessa crise. É o que assistimos hoje com a privatização da Sabesp, Metrô, Correios, Educação etc., que tem por objetivo economizar dinheiro para o pagamento rigoroso dos altos juros da dívida pública e atender aos interesses do capital financeiro.

A Corrente Proletária do Litoral Norte de São Paulo (POR) faz o combate a todas as privatizações e defende que os sindicatos, Centrais sindicais e movimentos sociais convoquem e organizem um Dia Nacional de Luta, como preparação da greve geral para barrar todas as privatizações em andamento e reestatização dos ramos que já foram privatizados, bem como derrubar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização.

São Paulo

Trabalhadores participam de manifestação, convocada pela oposição, contra as Resoluções autoritárias de Feder/Tarcísio

A oposição da Apeoesp convocou e realizou, no dia 5/12, uma manifestação em frente à Seduc, na Praça da República, contra as últimas Resoluções impostas por Feder e Tarcísio, de caráter autoritário e punitivo. O governo tem reforçado o papel dos diretores no processo de atribuição de aulas, ampliando o peso das avaliações de desempenho, principalmente agora, que estabeleceu os “faróis” vermelho, amarelo e verde, com a possibilidade de expulsar aqueles que foram enquadrados nos dois primeiros, considerando o “perfil” dos docentes.

O ato também foi chamado em função do fechamento de salas e turnos, com um ataque particularmente forte sobre o noturno e a EJA. Na pauta constava ainda a defesa da reintegração dos professores do PROATI (Projeto de Apoio a Tecnologia da Informação) e da Sala de Leitura, afastados arbitrariamente, além do problema do avanço da privatização.

Na verdade, a lista de reivindicações é longa. A educação pública como um todo se encontra sob pesada artilharia por parte dos governos e da burguesia. Os salários permanecem extremamente baixados, há muitos professores e funcionários sem emprego,

as condições de trabalho são péssimas e os direitos estão sendo solapados em ritmo acelerado. Nesse sentido, merece destaque a proposta de contrarreforma administrativa, em discussão no Congresso Nacional, que tem como espírito geral o enxugamento das contas do Estado, de acordo com a orientação imposta pelo imperialismo de preservar o pagamento da extorsiva dívida pública. O objetivo central dessa proposta é destruir a estabilidade dos servidores públicos, além de substituir o regime de salários pelo de subsídios, levando à destruição de direitos históricos, como os quinquênios, sexta-parte etc., entre outros aspectos.

Como se vê, motivos não faltavam e não faltam para mobilizar os trabalhadores. O problema é que a direção da Apeoesp segue passiva. Mesmo com a gravidade da situação, limitou-se a publicar uma nota de repúdio protocolar. Somente após a publicação do chamado à manifestação pela oposição decidiu convocar também um ato, porém, tarde demais, para o dia 17/12, quando o magistério já estará de férias. Trata-se de uma atitude em conformidade com toda a trajetória anterior dessa direção. Aplica uma política de conciliação de classes, voltada inteiramente aos interesses de auto-

preservação enquanto camarilha burocrática, além de atuar como correia de transmissão dos objetivos eleitorais de seu próprio partido (PT). Por isso subordinam toda a intervenção do sindicato aos métodos ditados pela institucionalidade burguesa, remetendo todos os enfrentamentos à Justiça e ao Parlamento, que são o campo do inimigo, braços do Estado capitalista. Mesmo quando recorrem às manifestações de rua, o fazem, como agora, pressionados pela base e pela oposição, com o intuito de limitar o alcance da mobilização e desviá-la para o campo da conciliação.

A experiência, portanto, tem demonstrado a necessidade imperiosa de derrotar essa direção burocrática e construir uma nova, classista e combativa. A política de conciliação de classes aplicada pela atual direção tem levado os trabalhadores a inúmeras derro-

tas. O governo ultradireitista de Tarcísio não dará trégua. A tarefa colocada à vanguarda com consciência de classe é formar uma fração oposicionista forte desde as escolas.

A convocação dessa manifestação do dia 5 foi um acerto da oposição, diante do vazio deixado pela paralisa da direção. O ato foi positivo, dada a participação de professores da base, principalmente Categoria "O", motivados pelo fantasma do desemprego, pelos "faróis" nas avaliações de desempenho, pelo corte de pagamento etc. Está aí o caminho para recuperar a confiança dos trabalhadores em sua ferramenta de combate, que é o sindicato. O próximo passo, nesse sentido, apesar das contradições contidas na convocatória, é trabalhar pela mobilização da base para o dia 17, tarefa que a Corrente Proletária cumprirá disciplinadamente.

São Paulo

Prefeito Nunes de mãos livres para atacar os trabalhadores da Educação

O SINPEEM realizou suas reuniões de RE (Representantes de Escola) e do Conselho Geral, nos dias, 27/11 e 3/12, respectivamente. De maneira geral, prevaleceu a linha imobilista da direção do sindicato, apesar dos inúmeros ataques sobre os trabalhadores e a educação pública. Nessas reuniões, repetiu os discursos triunfantes de balanço do ano, indicando qualquer mobilização somente para o ano que vem.

Resultado: poucos dias após, Nunes lançou as Instruções Normativas 51 e 52, contendo mais ataques à categoria, impondo um processo de escolha/atribuição de aulas marcado pelo autoritarismo – os trabalhadores escolherão apenas o turno, cabendo ao diretor a determinação das turmas/agrupamentos/aulas.

A Corrente Proletária cobrou a convocação de uma assembleia e a organização da luta ainda nesse final do ano, dada a urgência de uma resposta coletiva aos ataques do prefeito.

Repressão na Emei Antônio Bento

Na reunião de RE ganhou projeção o caso da violência policial na Emei Antônio Bento, em retaliação à realização de uma atividade pedagógica relacionada à cultura afrobrasileira, conteúdo de acordo com o currículo oficial. Policiais armados adentraram a escola e amedrontaram os trabalhadores da unidade, atendendo ao chamado de um pai de estudante, numa clara ação de intolerância religiosa – a atividade em questão realizada pela criança era um desenho de um orixá, feito no contexto de apreciação de uma obra literária que tratava do assunto, algo previsto pela legislação.

A Secretaria da Educação (SME) e a Prefeitura nada fizeram de efetivo em relação ao ocorrido. Além de violenta e discriminatória, a invasão policial feriu a autonomia escolar. A direção sindical, contudo, limitou-se a condenar verbalmente a atitude, exigindo "punição rigorosa dos policiais". Uma direção classista responderia à agressão policial com a força da mobilização da categoria e das comunidades escolares como um todo, afinal, não se trata de um caso isolado. A violência policial compõe a realidade dos bairros operários.

Nesse caso, há um vínculo evidente da repressão com o obscurantismo religioso, tão em evidência com a ascensão das tendências fascizantes. E aí está a chave para o correto posicionamento do sindicato e de sua vanguarda: responder à violência policial com a força coletiva dos trabalhadores e estudantes. Portanto, uma resposta no campo da independência política diante do governo e de suas instituições. A direção, porém, optou por uma nota proto-

colar, que não levará a nada. E, assim, a intervenção obscurantista sairá mais uma vez vitoriosa ao coibir o trabalho dos docentes sobre a cultura africana e afrobrasileira.

A luta pela retirada da contrarreforma administrativa

Após o debate sobre o ocorrido na Emei Antônio Bento, a direção do SINPEEM passou a realizar os informes dos pontos contidos na pauta, como o processo de escolha/atribuição, a defesa dos readaptados/licenciados e, principalmente, a contrarreforma administrativa, em tramitação no Congresso Nacional. Trata-se de um tema de extrema urgência. Os ataques contidos na proposta governamental são graves: estão na mira da burguesia a estabilidade dos servidores públicos, além da substituição do regime de salários pelo de subsídios, o que envolve a perda de direitos históricos, como o quinquênio e a sexta-parce, entre outros aspectos.

A Corrente Proletária tem defendido a luta unitária pela derubada da contrarreforma administrativa. Vem insistindo que as centrais, sindicatos e movimentos em geral organizem a mobilização em defesa dos serviços públicos. Daí a proposta de realização de uma assembleia ainda este ano, para dar início a uma luta que envolve todo o funcionalismo. No entanto, a direção sequer colocou a proposta em votação.

Os governantes têm agido livremente, porque não encontram resistência por parte das direções, que se negam a convocar assembleias para que o descontentamento dos trabalhadores da educação seja materializado em ações concretas contra os ataques dos governos. Ao contrário, a posição da Corrente Proletária tem sido a de exigir que as direções rompam com a passividade, convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e atos massivos de rua, pela retirada da reforma administrativa e do conjunto das contrarreformas, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Delegação ao 35º Congresso da CNTE

Antes da reunião de RE, a Corrente Proletária protocolou um documento no SINPEEM cobrando a realização de eleições democráticas para o Congresso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), tendo em vista a proximidade do prazo final para a inscrição dos delegados e diante da completa ausência de informes a esse respeito por parte da direção do sindi-

cato – documento ao qual não houve resposta. Na reunião de RE, a Corrente Proletária tornou pública a sua preocupação com o atraso do SINPEEM, vinculando a questão à necessidade da luta nacional pela derrota da contrarreforma administrativa e em defesa das reivindicações dos explorados.

Somente na reunião do Conselho, a direção do SINPEEM abordou o assunto. E da pior maneira possível, com ameaças, truculência e de forma absolutamente burocrática. Fez um breve informe, depois ameaçou reservar todas as vagas à sua própria chapa. Em seguida, impôs condições absurdas, como a de não permitir a participação de trabalhadores supostamente envolvidos em um conflito ocorrido no Congresso do SINPEEM. Por fim, concluiu “oferecendo” 25 vagas à oposição, abrindo abruptamente inscrições individuais, sem discutir quaisquer critérios. Tudo isso se deu, evidentemente, em meio aos protestos da oposição. De forma autoritária, o burocrata encerrou a discussão. A oposição, por sua vez, não teve a força necessária dos presentes na reunião para exigir a convocação de assembleia, portanto, a democracia sindical. O que acabou aceitando o critério da burocracia de 25 de delegados. A oposição fez uma breve reunião para indicar os delegados, respeitando a proporcionalidade da convenção da chapa 2. Coube à Corrente Proletária apenas um delegado.

São Paulo

Recuperar a Afuse para a luta, combatendo a política de sua direção

No dia 5 de dezembro, a direção da Afuse convocou uma reunião de Representantes de Escolas da capital, que foi unificada com a macro região de Guarulhos, englobando as subsedes de Franco da Rocha, Caieiras e Mairiporã. A abertura coube ao advogado, que foi destacado para responder ao problema do “assédio moral”. O objetivo era conduzir as denúncias de assédio feitas por Agentes de Organização Escolares, ou os Agentes de Serviços Escolares, para os processos judiciais individualizados, portanto, para a Justiça burguesa.

Nesta parte da reunião, os funcionários fizeram perguntas relacionadas aos recentes decretos e portarias publicados pelo governador ultradireitista Tarcísio de Freitas. Um deles se referia ao fato do Agente de Organização passar a ter responsabilidades sobre os alunos especiais. Outro, sobre a reestruturação das escolas e principalmente das escolas que serão divididas. Diante dessas perguntas, a direção da Afuse insistiu que esses questionamentos referentes à reestruturação, plano de carreira, módulos etc. seriam tratados em um segundo bloco, no ponto sobre campanha salarial. Mas, no momento do tal segundo bloco, nada foi respondido e nada foi proposto para a organização da luta coletiva quanto aos ataques do governador.

A Corrente Proletária participou da reunião. Sabia de antemão que os burocratas do sindicato nada fariam para unificar os funcionários de escolas. Que usariam o advogado para defender a política da direção, que é a de responder aos ataques do governador por meio de ações judiciais individualizadas, que, como temos visto, já nascem mortas. Diante de questionamentos, não poucas vezes, os burocratas culpavam os trabalhadores de elegerem governos privatistas e autoritários. Evidentemente, para continuar iludindo os explorados de que é preciso “votar certo”, em um claro chamado no voto às candidaturas do PT. Assim, a reunião esteve na contramão das necessidades dos trabalhadores da educação, que vivem

Construir uma nova direção para o SINPEEM

São muitas as arbitrariedades acumuladas na trajetória dessa direção. A Corrente Proletária na Educação tem defendido sistematicamente a formação de uma fração revolucionária no interior do SINPEEM, linha que se aplica ao conjunto do movimento sindical. A tarefa colocada é a de unir todos os setores oposicionistas em torno a um programa de democracia e independência do sindicato. Não se trata de tarefa simples, não só pela força do adversário, mas pelas próprias contradições da oposição. Há agrupamentos que, devido à aproximação política geral com o PCdoB, partido do presidente Cláudio Fonseca, têm oscilado em seus posicionamentos, afrouxando o combate oposicionista. Por outro lado, existem também setores aventureiros, que acabam favorecendo a direção burocrática, a exemplo daqueles que decidiram abandonar a disputa pela delegação ao Congresso da CNTE, usando como argumento a burocratização do processo. A retomada do sindicato para a luta passa por forjar uma vanguarda classista e combativa. O trabalho fundamental é o de ir impulsionando as tendências instintivas de luta, dando forma organizativa e conteúdo de choque com os governos, com o Estado e com a burguesia. A defesa do princípio da democracia operária tem de estar vinculado à necessidade prática de combate pelas reivindicações dos explorados.

diariamente sob as ameaças de Tarcísio, os miseráveis salários e as perdas de conquistas históricas.

Não por acaso, uma parcela de funcionários de escolas rejeita se filiar ao sindicato e travar um combate à política dos burocratas. O governador, por sua vez, aproveita a passividade do sindicato para continuar esmagando uma categoria, com a eliminação de direitos e a imposição das terceirizações e dos contratos temporários.

A intervenção da Corrente Proletária se deu com a distribuição do Boletim Corrente Proletária na Educação intitulado: Mais uma vez a precarização. O Boletim denunciou os ataques de Tarcísio/Feder, particularmente da Resolução nº 52/2011, onde o AOE terá de apoiar os alunos da Educação Especial, aumentando a carga de trabalho. Denunciou, também, as condições precárias de trabalho. Explicou que essas mudanças fazem parte de uma política de destruição da escola pública, marcada pelo fechamento de turmas e unidades, redução de direitos e contratação precária de trabalhadores. Concluiu com a proposta de convocação da Assembleia Geral.

Utilizou o momento aberto para as perguntas para assinar o fundamental da intervenção da Corrente Proletária, que é a necessidade unificar o funcionalismo para combater a reforma administrativa, a terceirização e as mudanças no plano de carreira, que retiram direitos e mantêm o piso da categoria no mais baixo patamar. E mostrar a sua proposta de convocação de uma assembleia geral, para que os funcionários de escola pudessem combater a política imobilista da direção da Afuse e apontar o caminho da luta coletiva para enfrentar os ataques do direitista Tarcísio e seu secretário da educação, o empresário Feder.

A lição que fica dessa reunião da Afuse é a necessidade urgente de pôr em pé uma oposição classista e de luta, para colocar o sindicato a serviço dos interesses coletivos da categoria.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Rondônia

Prefeito de Porto Velho aproveita a passividade da direção do sindicato para continuar enrolando os trabalhadores

No dia 18 de novembro, a burocracia do Sintero convocou uma assembleia extraordinária com os professores do município de Porto Velho, para tratar da ratificação do acordo judicial para pagamento do retroativo do piso do magistério. Acordo esse que tinha sido feito com o prefeito Hildon Chaves, mas que não foi pago. Na gestão do atual prefeito, Leo Moraes, através dos advogados do sindicato, o prefeito se comprometeu com o pagamento, ainda no mês de novembro. Um acordo que previa o pagamento somente do retroativo do mês de novembro e dezembro de 2024 e os meses de janeiro, fevereiro, março, abril, maio e 4 dias do mês de junho. Sendo que a prefeitura deve os retroativos dos anos de 2020, 2021 e 2023.

A Procuradoria Geral do Município, ao ser questionada das tais dívidas dos anos anteriores, e diante do fato do prefeito Hildon só pagar o piso do magistério em forma de complemento, re-

afirmou a conduta do prefeito, com o argumento de que estava pagando de acordo com a lei.

Na assembleia, a presidente do sindicato explicou que o acordo previa o pagamento dos meses destacados acima. No entanto, até o presente momento, sequer os valores apresentados no acordo, que surrupiou valores dos anos de 2020, 2021 e 2023, foram pagos aos trabalhadores da educação do município.

A Corrente Proletária da Educação interveio na assembleia com o Boletim e fala. Assinalou que o caminho para garantir ao atendimento das reivindicações é a luta direta. As negociações entre a direção do sindicato e governo, sem mobilização desde as escolas, sem manifestações de rua e sem a greve não arrancam nada para os trabalhadores. Ao contrário, favorecem a enrolação por parte do prefeito, como estamos vivenciando agora.

Rio Grande do Sul

Crise da educação, traição das direções e a resposta da Corrente Proletária

Em novembro, a direção do Centro dos Professores do estado do Rio Grande do Sul - Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS) convocou atos cuja bandeira foi a do reajuste salarial proposto através de uma emenda à Lei Orçamentária Anual. Além da insuficiência da proposta de emenda, tais atos não tiveram força real, pois não foram acompanhados de paralisações e, portanto, não mobilizaram a base. A participação nesses atos, em geral, reduziu-se a um pequeno grupo de professores, nenhum estudante e, principalmente, aposentados colocados como plateia passiva.

O estado burguês aprofunda ataques como a contratação de professores temporários em detrimento dos aprovados dos concursos que aguardam nomeação, a terceirização de aulas de reforço, os cortes orçamentários e a negação de um salário capaz de sustentar a própria existência dos trabalhadores. Mesmo assim, a direção do CPERS mantém os núcleos inertes e subordina toda a vida sindical às eleições do próximo ano. Nem o fechamento das turmas de sexto ano nas escolas municipais provocou qualquer movimento sério e verdadeira ruptura do corporativismo. O CPERS e o Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (SIMPA) convocaram um ato vazio, onde apenas a burocracia compareceu, e tentaram apresentar esse fracasso como expressão de resistência. Nessa situação, fica evidente que a política adotada pelas direções não busca organizar a classe, mas preservar uma aparência de ação, visando as eleições, enquanto deixam o terreno livre para os ataques dos governos.

É nesse contexto que a Corrente Proletária tem atuado no Rio Grande do Sul. Nos Boletins da Corrente Proletária de novembro explicamos aos educadores e aos estudantes secundaristas que a ofensiva atual não resulta de mera incompetência governamental, mas de uma política consciente da burguesia. Explicamos que cada derrota parcial prepara a seguinte e que os trabalhadores, se permanecerem fragmentados, serão conduzidos a um retrocesso ainda maior. Mostramos que a burguesia utiliza a divisão entre as categorias para enfraquecer a resistência e que somente a unidade dos servidores públicos com os demais trabalhadores pode alterar a correlação de forças.

A destruição acelerada da educação pública decorre da crise capitalista, que empurra a burguesia a intensificar a exploração e a subordinar todas as esferas sociais às necessidades do capital financeiro. A guerra comercial entre as potências e o avanço das tendências bélicas demonstram que o sistema caminha para um estágio em que já não consegue manter sequer as ilusões de estabilidade. A burguesia busca resolver suas contradições ampliando os ataques aos trabalhadores, convertendo os serviços públicos em simples instrumentos de saque. A reforma administrativa surge como expressão desse curso geral, pois visa dissolver conquistas históricas, rebaixar salários, enfraquecer o funcionalismo e abrir novas áreas para o lucro privado. A manutenção das contrarreformas e do salário mínimo de miséria confirma que os governos se colocam como executores dóceis dos ditames do capital financeiro.

LANÇAMENTO**R\$5****Adquira com o distribuidor do jornal Massas:**

XXVIII Congresso da Apeoesp

Educação pública sob ataques dos governos**Lições e Tarefas do Movimento dos Professores****POR**
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**MASSAS**
O JORNAL DA REVOLUÇÃO E DO MOVIMENTO PROLETÁRIO



A tarefa imediata consiste em romper a passividade imposta pelas direções conciliadoras e organizar um Dia Nacional de Luta, que sirva como ponto de partida para a greve geral! É preciso exigir das centrais sindicais e dos grandes sindicatos! A mobilização deve ser decidida em assembleias amplas e soberanas, pois somente nelas os trabalhadores podem tomar em suas próprias mãos a

condução da luta. A superação da política de colaboração com os governos é condição elementar para barrar a reforma administrativa e defender empregos e salários, pois somente a independência de classe dos trabalhadores pode dar uma resposta para a crise do capitalismo.

Rio Grande do Norte

Congresso do Sinte/RN aprova resolução que subordina o sindicato à eleição de Lula e Fátima/Cadu em 2026

Entre os dias 20 a 22 de novembro, foi realizado o XVII Congresso do Sinte/RN. Marcado pelo burocratismo, não serviu para organizar a luta dos oprimidos contra os governos e prefeitos. A direção do Sinte/RN já mostrou que irá se sujeitar ao eleitoralismo, desmantelando a independência político-sindical. Portanto, os trabalhadores em educação devem assimilar essa experiência congressual para se prepararem para as próximas lutas, considerando os empecilhos políticos da direção do Sinte.

O segundo dia do Congresso foi marcado pela aprovação da tese-guia proposta pela direção sindical. Esse mecanismo burocrático e antidemocrático obriga que as discussões fiquem restritas à política reformista, desconsiderando as teses das demais correntes políticas, que não puderam expressar todo o seu conteúdo nas discussões. Além disso, as propostas de emendas à tese-guia aprovada só poderiam ser apreciadas e votadas no plenário se obtivessem 30% de aprovação nos grupos de trabalho. Trata-se de um agravamento da cláusula de barreira, imposta pela direção sindical, para tolher a discussão sobre os problemas e reivindicações da categoria. Sem contar que os delegados só puderam conhecer o conteúdo das demais teses no primeiro dia do Congresso.

Como se não bastasse, praticamente todas as mesas foram apresentadas por figuras e políticos vinculados ao reformismo petista, que tiveram amplo espaço e tempo de fala. Um dos palestrantes, Walter Pomar, da Fundação Perseu Abramo (PT), fez críticas superficiais à resolução da Corrente Proletária na Educação (CPE/POR). Ele discordou da tese marxista, defendida no Boletim, de que a classe operária é a classe revolucionária e de que os governos Lula e Fátima são burgueses, mas não explicou por que discorda.

Nesse dia, houve a defesa oral das teses das correntes políticas (CTB; Corrente Proletária/POR; PT; e Muda Sinte, ligada ao PSTU) para, em seguida, votar a tese-guia do Congresso. A tese do PT obteve a maioria dos votos. A Corrente Proletária discorda frontalmente do mecanismo da “tese-guia”, pois considera tal regra uma impostura antidemocrática, visando impedir que as demais correntes expressem sua política.

A essência da “tese-guia” é a de subordinação eleitoral ao reformismo petista, pois defende que a categoria apoie a reeleição de Lula e, localmente, a candidatura de Cadu para governador do estado, nas eleições de 2026. Essa política confronta totalmente o princípio da independência dos sindicatos perante governos e patrões. O sindicato é um valioso instrumento que serve para organizar a luta pelas reivindicações dos trabalhadores, não deve, portanto, se sujeitar a esse ou aquele governo de turno.

A tese da Corrente Proletária demonstrou o caminho da independência político-sindical, de oposição revolucionária aos governos burgueses do PT, de organização da luta contra os ataques das prefeituras comandadas pela direita e ultradireita, no campo da luta de classes e com o método da ação direta. A tese defendeu também as bandeiras da Frente Única Anti-imperialista, da revogação das contrarreformas e de construção de um plano de lutas, a fim de organizar luta nacional por um salário mínimo vital, além da defesa da expropriação da rede privada de educação, sem indenização.

Defendeu incondicionalmente as reivindicações dos professores temporários e propôs em sua tese que o XVII Congresso

aprovasse o direito de filiação desses trabalhadores ao sindicato. A aprovação desse ponto foi uma vitória para toda a categoria, mas a direção sindical conseguiu incluir um grande retrocesso: o temporário perde o direito de filiação quando seu contrato se encerra, oferecendo apenas 6 meses de consulta jurídica. A Corrente Proletária repudia essa discriminação contra os companheiros temporários.

A corrente Proletária atuou em dois grupos de trabalhos (GTs): no estatuto e no plano de lutas. No plano de lutas, foi importante ter aprovado o salário mínimo do DIEESE como luta do sindicato, assim como foi a plenária sobre a questão da expropriação das terras dos latifúndios, sem indenização. Mas como a burocracia tinha a maioria dos delegados, a proposta foi rejeitada.

No último dia, chamou a atenção o destaque da direção contra a moção de repúdio, proposta pela Corrente Proletária contra o governo Fátima, por não ter pago o décimo terceiro e férias dos temporários. A direção do Sinte teve de fazer destaque em defesa do governo, para blindar o governo Fátima da responsabilidade com os atrasos no pagamento dos direitos dos temporários. Esse é mais um exemplo de como a direção do Sinte age para garantir a governabilidade de Fátima, em um malabarismo discursivo de que qualquer crítica ao governo Fátima é supostamente “munição para a direita”.

No ponto sobre a aprovação da tese-guia com as emendas, a Corrente Proletária teve de se abster para garantir a declaração de voto, o que permitiu expressar o desacordo com a formatação antidemocrática da “tese-guia”, além de seu caráter político de sustentação do reformismo petista.

O único ponto importante foi a inclusão dos temporários na base de filiação do sindicato, que foi uma vitória para toda a categoria. A vanguarda com consciência de classe deve rechaçar a subordinação dos interesses dos trabalhadores oprimidos aos governos de turno e se organizar por suas reivindicações mais elementares nas assembleias e demais espaços de decisão da categoria.

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Corrente Proletária na Educação

Balancão do 34º Congresso do SINPEEM



Mais um Congresso festivo, despolitizado, burocrático e desvinculado dos problemas reais da categoria

MASSAS

POR

Rio Grande do Norte

Ato contra a Reforma Administrativa em Natal

No dia 4 de dezembro, ocorreu um ato contra a Reforma Administrativa. Contou com representantes das centrais, sindicatos e partidos (CSP-Conlutas, CUT, Sindsaúde, Sinte, Muda Sinte, Sintest, POR, PSTU, PT, PSOL, UP e outros. Apesar de contar com vários sindicatos e centrais, o ato foi esvaziado.

As intervenções das entidades foram similares na defesa do fim da escala 6x1 e contra a Reforma Administrativa. Algumas correntes falaram sobre a importância dos atos de rua para barrar as políticas antipopulares e privatizantes dos governos anteriores e do governo Lula/Alckmin. Outras correntes centraram suas falas na mobilização para barrar a PEC da Blindagem. As entidades governistas, como era previsível, mantiveram suas intervenções mais alinhadas ao governo federal e estadual.

Rondônia

Seminário acadêmico sobre a questão agrária em meio à repressão aos camponeses

Nos dias 20 e 21 de novembro, aconteceu um seminário sobre a questão agrária no auditório da reitoria da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). A temática do seminário versou sobre “A atualidade da questão agrária na passagem dos 30 anos da resistência camponesa de Corumbiara”. Foi um debate de cunho acadêmico, pois foi promovido pelos diversos grupos de estudos e pesquisas da universidade. Na primeira mesa, os palestrantes fizeram uma síntese de suas teses de doutorado, mostrando o que realmente aconteceu há 30 anos, através das entrevistas de sobreviventes, visitas nos locais do massacre, leitura dos autos dos processos etc. Nesse percurso, seguiram diversos caminhos da pesquisa para revelar como tudo aconteceu em Corumbiara no ano de 1995. Os demais debates versaram sobre “A Criminalização da luta pela terra em Rondônia” e “A questão Agrária em Rondônia e o Avanço do Agronegócio”.

Esse seminário aconteceu em um momento em que agrava a repressão aos camponeses pobres. Basta lembrar o que ocorreu no dia 12 de novembro, quando o Ministério Público, junto com o governador, mobilizou cerca de 500 policiais civis e militares contra os camponeses, resultando em mais de 20 prisões e 50 mandados de busca e apreensão. Denominada “Operação Godo” contra os camponeses pobres e a LCP. Resultado dessa repressão, continuam presos a advogada da LCP, Lenir Correia Coelho, e os lutado-

O Partido Operário Revolucionário fez sua intervenção saudando a paralisação dos técnico-administrativos da UFRN e Ufersa pelo cumprimento integral do acordo de greve. Denunciou os ataques da Reforma Administrativa (PEC 38). Defendeu a estabilidade como um direito para todos os trabalhadores. Assinalou que o governo Lula/Alckmin já vem realizando medidas de reforma administrativa. Posicionou pela unificação das lutas. Por fim, chamou a solidariedade dos povos da América Latina em defesa da Venezuela e Colômbia, ameaçadas pelo imperialismo norte-americano, e pela constituição de uma frente única anti-imperialista.

res Rubens Pereira Braga, Claudécir Ribeiro Silveira, Wemerson Marcos da Silva e Janaine Menegildo Zanella. Segundo militantes do movimento, durante a operação “casas de camponeses foram arrombadas, bens roubados, homens e mulheres presos e o morador Elias foi executado pelo BOPE e a sua esposa, baleada.

Enquanto acontecia o seminário ocorreu outra ação de policiais militares de Rondônia, que resultou em assassinatos de quatro camponeses e ainda destruíram e os ambientes de criação de animais. São atrocidades inimagináveis praticadas contra a vida dos camponeses pobres. Isso para defender a concentração de terras e fortalecer o agronegócio. Essa nova investida de terror policial, iniciada no dia 20 de novembro, foi voltada contra 400 famílias de três acampamentos instalados no latifúndio “Maroins”, em Machadinho D'Oeste.

A Corrente Proletária da Educação/POR interveio no seminário com falas e materiais. Divulgou dois Manifestos: “Dia da Consciência Negra” e o de solidariedade aos presos políticos da luta pela terra. Aproveitou o seminário para denunciar a violência da ditadura de classe da burguesia aos camponeses sem-terra, que lutam contra a ofensiva dos latifundiários e do agronegócio. Também defendeu a necessidade de pôr em pé a aliança operária e camponesa.

Rio Grande do Sul

“Festa cultural” e exploração de artistas populares

Desde 2016, na cidade de Porto Alegre, se realiza anualmente um evento denominado NOITE DOS MUSEUS. De acordo com o site oficial da Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (CEDAC), trata-se de um projeto “... que promove uma grande ação cultural em museus e espaços de memória de Porto Alegre”, consiste na “... realização de um circuito noturno de visitação e ocupação de museus e instituições culturais da capital gaúcha, em um horário alternativo - das 18h às 24h, com entrada gratuita e uma programação artística diversificada, estimulando a fruição e a produção dos bens culturais”.

A exemplo de eventos semelhantes, organizados por prefeituras em outras regiões do país, tais como as “viradas culturais”, utilizadas pelos administradores municipais e/ou estaduais para

congruar-se com uma parte da população – especialmente da pequena-burguesia –, utilizando recursos públicos (mediante a leis de incentivo à cultura), serve para fazer demagogia com essa parte da população, que praticamente não tem acesso à cultura comercializada. Entretanto, artistas populares da capital gaúcha estão denunciando condições iníquas para participar do projeto e a exploração do seu trabalho.

O evento é organizado por uma Organização Social, supostamente, sem fins lucrativos, o INSTITUTO NOITE DOS MUSEUS e uma empresa produtora a ela vinculada, a ROMPECABEZAS. Para sua realização, os organizadores foram autorizados a captar, mediante leis de incentivo à cultura, R\$ 350.000. Quatro editais foram abertos para os trabalhadores da cultura: artes cênicas, mú-

sica, artes digitais e monitoria. Para as apresentações das “artes digitais”, o “pagamento” oferecido consiste tão somente na divulgação, ou seja, não pagar pelo trabalho dos artistas visuais! Para os monitores, o valor previsto é de R\$ 150, incluindo aí o treinamento e as horas trabalhadas. A precarização afeta às demais áreas: para os trabalhadores da música (de R\$800 a atos solo a R\$ 2.700 para orquestras) e artes cênicas (R\$700 para solo a R\$2.200 para grupos e coletivos).

Como se vê, os governos burgueses se aproveitam das duras condições dos artistas populares para explorá-los vilmente, da mesma forma que o fazem os capitalistas com a classe operária. Por isso, a reação de parte desses artistas à superexploração do seu trabalho deve confluir com a organização da classe operária

e de todos os explorados contra a exploração capitalista e pela revolução social. Somente num regime em que se tenha abolido a exploração do trabalho assalariado e a propriedade privada capitalista, as pessoas poderão se dedicar livremente à criação artística e superar a condição em que devem comerciar com sua arte como meio de sobrevivência.

Essa denúncia dos artistas mostra a necessidade da organização de um movimento em defesa de seus trabalhos, de forma que possam dedicar às artes como uma das atividades históricas da constituição da humanidade, e que há muito se tornou um meio de exploração da indústria e negócios capitalistas. Os artistas devem ativar seus sindicatos e torná-los instrumentos da luta geral pelas condições de existência dos trabalhadores.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascistas. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada – em última instância – pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.

Intervenção do POR no ato “Mulheres Vivas” em São Paulo

Nas últimas semanas, diversos casos de violência contra a mulher estamparam os jornais, chocando a população por conta da brutalidade. Diante dessa situação, foram organizados importantes atos em vários estados pelo Brasil, no dia 11/12, contra o feminicídio e a violência sobre a mulher, chamados de “Mulheres Vivas”. Em São Paulo, ele ocorreu em frente ao MASP e contou com milhares de pessoas, carro de som e diversos partidos e organizações. Os sindicatos não estavam presentes com suas bases organizadas, enviaram apenas pequenas representações. Estiveram ausentes as organizações operárias. Isso deu ao ato um caráter pequeno-burguês, muito comum aos atos organizados pelo movimento feminista. Esse mesmo caráter foi estampado em cartazes e gritos ecoados pelos manifestantes, que defendiam bandeiras como “nenhuma mulher a menos”, “parem de nos matar”, “criança não é mãe e estuprador não é pai” e “sem anistia”. Além disso, o ato se manteve diante do MASP, sem fazer uma caminhada, com as falas de diversas parlamentares, se tornando um palanque eleitoral.

A direção deixou de lado movimentos e partidos que não são legalizados. O grupo de mensagens já existente, que organiza o Dia Internacional da Mulher (8M), apesar de tratar dos mesmos temas, como a violência contra a mulher, não foi o responsável pela sua organização. Em vez disso, outros grupos foram montados, porém de forma inacessível aos militantes do POR e de outras correntes. Quando questionadas, as organizadoras do 8M indicaram que não vinha delas essa organização, mas ao final eram elas mesmas que estavam no caminhão de som, dirigindo o ato. Esse burocratismo e falta de democracia na organização da manifestação, eliminando o amplo debate político, corrobora com a essência pequeno-burguesa e eleitoreira do ato. A falta de um manifesto coletivo para a manifestação também é expressão dos interesses eleitorais dos diversos dirigentes.

Não apareceram nos pronunciamentos as reivindicações elementares das massas, como a defesa dos empregos e salários, úni-

co caminho para eliminar a dependência da mulher ao homem no âmbito familiar. Também não apareceu nos discursos a luta contra a reforma administrativa, que afetará principalmente os serviços públicos – como hospitais e escolas, onde predominam as mulheres –, serviços dos quais dependem as mães das famílias proletárias. A luta internacional em defesa das mulheres esteve ausente na manifestação, mesmo com as mulheres e crianças sendo as maiores vítimas de conflitos como na Faixa de Gaza e no Sudão.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A mulher no processo revolucionário



Textos dos clássicos do marxismo e do POR bolíviano sobre a questão da mulher

2ª edição



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS

As reivindicações se restringiram à criação de leis de apoio a mulheres e crianças vítimas de violência, o que significa depositar no Estado burguês toda a confiança, como se fosse possível a libertação da mulher sob o capitalismo. É evidente que os explorados não podem ignorar a luta por reformas, só não podem converter essa luta em sua finalidade, em seu objetivo estratégico, como fazem as direções reformistas, estalinistas e centristas. Os marxistas utilizam a luta pelas reivindicações parciais e democráticas como forma de impulsionar o combate dos oprimidos contra o Estado e a burguesia. Trata-se de aplicar os métodos de luta próprios da classe operária, para que os oprimidos possam fortalecer a confiança em si mesmos, e não de alimentar ilusões nas instituições da classe inimiga, a burguesia.

No dia seguinte ao ato, Lula sancionou uma lei que aumenta a pena para crimes sexuais contra crianças e adolescentes. Essas leis, como a Lei Maria da Penha, que existe desde 2006, já mostraram

que não são suficientes para acabar com a opressão sofrida pelas mulheres, isso porque essa violência é uma expressão da barbárie social, que só aumenta com a crise capitalista. A opressão sobre a mulher tem caráter de classe e só será resolvida através da luta de classes, com o fim do capitalismo. A tarefa colocada é a de mobilizar os explorados de conjunto a partir de suas necessidades mais sentidas, combatendo cada expressão da barbárie, fazendo a ligação entre essa luta e a estratégia da revolução social.

O POR esteve presente ao ato, com sua banca de materiais e seu manifesto, defendendo um Dia Nacional de Luta, com paralizações e atos massivos de rua, em defesa dos empregos, salários e direitos, pela derrubada da contrarreforma administrativa, bem como da previdenciária e da trabalhista, tendo como guia estratégico a luta pelo fim do capitalismo, raiz de todas as formas de opressão.

Rondônia

Ato pelo fim da violência do feminicídio contra as mulheres

O ato nacional pelo fim do feminicídio contra as mulheres em Porto Velho foi realizado em um local conhecido como “espaço alternativo” onde a classe média arruinada usa para fazer caminhada, correr e passear com seus cachorros nos finais de semana. O ato foi convocado pelo Levante Feminista, no qual reuniu aproximadamente 200 manifestantes dos diversos movimentos de mulheres de Porto Velho. Tinha como slogan “Unidos pelo fim do Feminicídio”

Como sempre foi um ato de cunho místico e festivo e de conciliação com representantes do parlamento e outros burocratas do Estado capitalista. Na maioria das falas, os manifestantes limitaram-se a exigir o cumprimento das políticas públicas para proteger as mulheres e punições severas para os assassinos das

mulheres. Uma parlamentar, Ieda Chaves, esposa do ex-prefeito Hildon Chaves, discursou com toda demagogia por ter patrocinado o ato com água mineral e tenda para o evento. Até um representante do poder judiciário compareceu ao ato, e por isso, em Porto Velho, um juiz e demais demagogos usaram oportunisticamente o ato.

A intervenção do POR deu-se com um manifesto próprio e falas, mostrando que as medidas e leis realizadas pela burguesia e seus governos não passam de ações paliativas. Isso porque a opressão sobre as mulheres é parte da opressão de classe, exercida pela classe capitalista. O aumento das estatísticas de feminicídio é decorrente do aprofundamento da barbárie capitalista, que se converte no acúmulo de desgraça sobre os explorados e entre os males da barbárie se encontra a opressão sobre as mulheres.

Pernambuco

Ato contra o feminicídio

Em Pernambuco, o ato contra o feminicídio se concentrou na rua da Aurora e partiu em marcha, com dois carros de som, para o Marco Zero de Recife. Estiveram presentes vários movimentos populares, sindicatos, centrais e partidos políticos. O POR interveio com a distribuição do Manifesto.

A maioria das falas no carro de som foram em defesa do

governo Lula e apontando que a solução para o feminicídio é a educação dos homens.

No geral, o ato foi bastante semelhante ao ato contra a PEC da blindagem, de setembro, pois, de forma majoritária, o ato foi convocado por meios virtuais, sem uma organização dos movimentos sociais em comitês de luta e a maioria dos presentes era de classe média.

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Participação do POR na live do canal TV A Comuna acerca da violência sobre as mulheres

O canal do Youtube TV A Comuna possui um programa intitulado “A Toupeira”. Realizou no dia 10/12 uma live sobre o tema “Violência contra a mulher”. Convidou mulheres de quatro estados que participam dos movimentos para falar sobre o fenômeno do feminicídio, que ganhou destaque nessas últimas semanas com a ocorrência de casos bárbaros, e que motivou a realização dos atos em 7/12 em defesa das vidas das mulheres, contra o feminicídio. O programa contou com a participação de uma militante do POR.

A camarada porista indicou a necessidade do reconhecimento de que o sistema capitalista é o responsável pelas mortes das mulheres. É certo que a postura das correntes políticas da direita e ultradireita impulsiona essa violência, assim como as igrejas e outras instituições. Mas, apontou também o problema de se alimentar ilusões na solução do problema da violência sobre as mulheres pela via das eleições, da Justiça burguesa e do Parlamento, como fazem as direções pequeno-burguesas do movimento feminista, as quais ainda usam hipocritamente circunstâncias como a dos atos do dia 7 como palanque eleitoral.

A expositora do POR usou ainda como exemplo as contradições trazidas pela aplicação da Lei Maria da Penha, que não impede a continuidade e mesmo o crescimento dos casos de agressão e feminicídio. O que indica a necessidade de responder ao recrudescimento da violência com a mobilização nas ruas, com o método da ação direta. Nenhuma das outras três expositoras, no entanto, apontou a necessidade de as centrais, sindicatos e movimentos organizarem a luta unificada em defesa das mulheres, no campo da independência de classe, com as reivindicações próprias da classe operária. Coube à militante do POR destacar as experiências históricas da luta de classes, o programa próprio do proletariado e sua emancipação política, para organizar a luta unificada entre os oprimidos de conjunto contra o sistema capitalista, que é a raiz de todas as formas de opressões, cuja raiz é de classe sempre.

A militante do POR apresentou ainda o livro elaborado coletivamente pela militância, “Resposta marxista às opressões”, e leu dois trechos, o primeiro escrito por Lênin: “Em todos os países civilizados, inclusive nos mais avançados, as mulheres não passam, na realidade, de escravas domésticas. Em nenhum Estado capitalista, nem mesmo na mais livre das repúblicas, a mulher goza de plena igualdade de direitos”; o segundo trecho, de autoria de Clara Zetkin: “A agudização da luta de classes entre explorados e

exploradores aumenta o significado que se deve atribuir à consciência de classe e à participação da mulher no movimento proletário de emancipação”.

De fato, na fase imperialista do capitalismo, intensifica-se a barbárie social no Brasil e no mundo. As guerras de dominação, contrarreformas e todo tipo de barbárie têm atingido duramente as mulheres. É nesse contexto que aumentam as estatísticas de morte das mulheres, como ocorre na Faixa de Gaza, onde há um genocídio televisado, com 70% das mortes correspondendo a mulheres e crianças. Daí a necessidade da construção do partido revolucionário, para impulsionar as tendências instintivas de combate das massas, tomando como ponto de partida suas reivindicações mais elementares, estabelecendo a ligação com a estratégia própria de poder da classe operária, pela revolução e pelo socialismo, único caminho para acabar com todas as formas de opressão.

LANÇAMENTO

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

**A luta dos
marxistas na defesa
do direito ao aborto**



**A defesa do Partido Operário Revolucionário
ao direito ao aborto legal às mulheres**

2025



POR
PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO



MASSAS
REVISTA DE CULTURA E EDUCAÇÃO PROLETÁRIA

Publicamos abaixo o manifesto distribuído nos atos contra o feminicídio

A luta contra o feminicídio é parte da luta contra o capitalismo

Para defender a vida das mulheres, é preciso encarnar o programa e os métodos revolucionários da classe operária

Diversos casos de feminicídio têm estampado os jornais nos últimos dias. Os mais emblemáticos foram: no CEFET do Rio de Janeiro, onde João Gonçalves matou a tiros duas servidoras, Allane e Layse, dentro da própria instituição de ensino; em Belo Horizonte, onde dois garçons espancaram até a morte Alice Alves por supostamente não pagar uma conta de 22 reais; em Mauá, onde uma mulher de 34 anos foi assassinada a tiros pelo ex-

companheiro que não aceitava o fim do relacionamento; na Zona Leste de São Paulo, onde um homem foi flagrado carregando o corpo de uma mulher morta em um carrinho de supermercado; ou ainda na Zona Norte, onde Douglas Silva atropelou e arrastou por um quilômetro a ex-companheira Tainara Santos, que embora tenha sobrevivido, demonstra até onde chega a barbárie sobre a vida das mulheres. Esses casos são apenas uma pequena parte de

uma violência sistêmica contra as mulheres no Brasil e no mundo.

Não se trata de uma novidade. O avanço da barbárie capitalista impulsiona a violência reacionária em todo canto e de todas as formas. Os dados retirados de um período mais amplo expõem a barbárie capitalista que recai sobre as mulheres: entre 2020 e 2024, foram registrados anualmente entre 1.355 e 1.459 feminicídios, o que corresponde a cerca de quatro mulheres assassinadas por dia. É bom lembrar que é considerado feminicídio os assassinatos que acontecem contra mulheres com motivos que incluem o fato de serem mulheres; outras mortes de mulheres, obviamente, não entram nessa categoria.

O Brasil é um dos países onde mais se mata mulheres no mundo. Na América Latina, a situação é grave, chegando a aproximadamente 11 mulheres assassinadas por dia. No massacre atual de Israel contra o povo palestino, são as mulheres e crianças as mais atingidas. Entre todos os assassinatos cometidos pelo Estado sionista, cerca de 70% são mulheres e crianças. Em outros conflitos, como no Sudão, as informações que chegam mostram que a violência é particularmente elevada sobre as mulheres. No mundo, em 2024, 50 mil mulheres e meninas foram mortas por parceiros íntimos ou familiares, o que equivale a uma mulher assassinada a cada 10 minutos. Esses dados, ainda que parciais, revelam que não se trata de uma particularidade do Brasil, mas de um efeito generalizado, consequência da decomposição social capitalista.

O conceito de feminicídio confunde grande parte da esquerda, que passa a adotá-lo em sua concepção burguesa; ou seja, seria apenas uma violência de gênero, onde o conteúdo de classe não existiria. Com isso, conclui com a resposta do reformismo para todas as opressões: educação e coerção. Acredita que essa forma de violência poderia ser superada no capitalismo apenas com uma educação antimachista aos homens e, para aqueles que transgredirem as regras, uma punição exemplar para que outros não repitam. Só é possível sair desse emaranhado com uma concepção materialista, histórica e dialética do problema.

Verifica-se que o feminicídio é cometido tanto por homens integrantes da classe operária quanto da classe média contra mulheres proletárias ou pequeno-burguesas, mas isso não retira o caráter de classe burguês do problema. A raiz de todas as opressões está na opressão de classe, radicada na propriedade privada e na exploração do trabalho. Fugir dessa compreensão é permitir que a violência contra as mulheres permaneça por longo período. A tentativa de reformar o capitalismo com medidas educativas e coercitivas é o mesmo que enxugar gelo, pois é o próprio capitalismo, com suas crises, que conduz as massas a níveis cada vez mais altos de decomposição moral, intelectual e material, levando parte dos explorados aos atos mais selvagens e inconsequentes por motivos torpes. Em uma palavra, o fim de todas as formas de opressão, inclusive sobre as mulheres, só virá com o fim do capitalismo. Isso não significa, contudo, que não se deva combater o feminicídio que acontece hoje. A questão que se coloca é, como se combate a violência contra a mulher no capitalismo?

Da parte do governo federal, é possível encontrar declarações de Lula contra os ocorridos, mas não passam da hipocrisia de sempre. O próprio movimento feminista acusa o governo de Lula/Alckmin de esvaziar politicamente o Ministério das Mulheres: retirou diversas mulheres de cargos de liderança e segue bloqueando nomeações de mulheres para cargos nos ministérios e no STF. O movimento denuncia, também, a ineficiência no combate à violência contra as mulheres. O Ministério da Justiça executou apenas 0,1% dos recursos destinados ao combate desse tipo de crime. Aí encontramos, mais uma vez, o conteúdo classista desse governo: nobres declarações com intenções eleitoreiras, sem nenhuma realização prática. O governo responde que não teve

tempo de aplicar os valores — que, no total do Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio, somam R\$ 2,5 bilhões. Já o pagamento da dívida pública aos grandes capitalistas segue sendo feito regularmente, sem atrasos e com altos juros.

Outra resposta política que ilude as mulheres oprimidas é a de que é preciso votar melhor nas eleições, ampliando o número de cadeiras ocupadas por mulheres. Trata-se da falsificação reformista de que é possível democratizar o Estado burguês, responsável, em última instância, por garantir os interesses de classe dos grandes proprietários. As campanhas que apontam para as eleições como solução do problema das mulheres só servem para retardar a luta classista que pode pôr fim a essa e demais opressões.

A exigência de que seja feita justiça em relação aos diversos casos de violência é limitada. Não se discute o direito da família de exigir justiça, mas, do ponto de vista de uma resposta política, a reivindicação de justiça se dirige a quem? Aos governos que negligenciam a proteção às mulheres? Aos organismos da justiça burguesa e do aparato policial, que dia após dia atuam para proteger os interesses dos ricos e poderosos? A única justiça possível é aquela que sai das mãos das massas organizadas e em luta.

Se a opressão sobre as mulheres é produto da sociedade de classes e reflete o avanço da crise capitalista internacional, a resposta consequente só pode ser aquela que vincula as necessidades mais imediatas das mulheres exploradas às tarefas estratégicas de derrubada do capitalismo apodrecido. A luta contra o feminicídio tem por base a libertação econômica da mulher; portanto, remete às bandeiras de trabalho igual, salário igual, emprego para todas, salário mínimo vital — que, de acordo com o DIEESE, hoje está em mais de R\$ 7 mil —, moradia para todas as mulheres, creches e escolas para todas as crianças, direito ao aborto, garantido pelo sistema público etc. A maior parte da violência contra as mulheres acontece dentro de casa, muitas vezes presas na relação por dependência financeira, o que mostra a importância de que os movimentos, sindicatos e centrais sindicais levantem essas reivindicações econômicas.

Por outro lado, as contrarreformas aprovadas nos governos Temer e Bolsonaro, e mantidas por Lula, massacram as mulheres na medida em que retiram direitos, ampliam a jornada de trabalho e impedem que muitas mulheres possam se aposentar. Emerge desse problema a necessidade de se organizar um movimento nacional pela revogação de todas as contrarreformas.

É tarefa das centrais sindicais e movimentos convocar imediatamente um Dia Nacional de Luta, com greves, paralisações, bloqueios de vias e grandes manifestações, que tenha por base um programa próprio de reivindicações da classe operária e demais oprimidos. Um programa que unifique mulheres e homens oprimidos em uma só luta contra as mazelas do capitalismo e contra o próprio capitalismo. Um movimento com independência de classe, sem patrões e sem governos, que seja o ponto de partida para uma greve geral. A luta contra o feminicídio é parte desse movimento mais amplo.

Organizar a luta contra a opressão sobre as mulheres com base no programa e nos métodos da classe operária.

Por um Tribunal Popular que possa julgar e punir todos os crimes de classe da burguesia e de seus governos, incluindo os feminicídios.

Por um Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios!

Se o capitalismo não pode oferecer nada à maioria explorada, então que morra!

Viva a luta histórica e heroica das mulheres e homens contra todas as formas de opressão!

35 anos da Vila Socialista

Foi realizada a plenária do ABComitê Regional em defesa da Palestina, no dia 11 de dezembro, na subsele do Sindicato dos Metalúrgicos de Diadema (SP). O Partido Operário Revolucionário (POR), como um dos participantes da mesa, fez um pronunciamento e a distribuição de um Manifesto sobre os 35 anos da Vila Socialista.

O seu significado histórico está não apenas no fato de ter sido uma das maiores ocupações de terra urbana no país, mas também, sobretudo, pelo caráter de sua organização voltada à autodefesa e resistência à intervenção do Estado e, portanto, à ação policial.

Em seguida, o movimento dos sem-teto em Diadema promoveu a ocupação, em fevereiro de 1991, da área denominada Morro do Samba. Entre 1988 e 1989, ganhou força a luta dos sem-teto do Buraco do Gazuza pelo direito à moradia.

As ocupações da Vila Socialista, do Morro do Samba e do Buraco do Gazuza reuniram milhares de famílias trabalhadoras, cujas necessidades mais elementares expressavam a superexploração do trabalho, o desemprego, o subemprego e os baixos salários.

Diadema compõe o complexo da região Santo André, São Bernardo e São Caetano, onde se instalaram as grandes, médias e pequenas indústrias.

As greves de maio de 1978 a abril de 1980, no ABC, marcaram o período do fim da ditadura militar e da transição para a democratização. A greve de 41 dias de abril de 1980 evidenciou a capacidade de luta dos metalúrgicos, que compõem a coluna vertebral do proletariado brasileiro, uma vez que é o setor que movimenta a grande indústria, principalmente a automobilística.

É nessas condições da luta de classes que se reorganiza o sindicalismo e se constitui o Partido dos Trabalhadores (PT). Nos grandes centros urbanos, emergem os problemas da miséria, e, em particular, o da moradia. No campo, ressurgem o movimento camponês com a criação do MST, em 1984.

Na década de 1990, a classe operária e camadas da classe média assalariada se veem duramente golpeadas pela crise econômica, que se arrasta e se agrava desde o primeiro governo de José Sarney de transição pós-ditadura. Em maio de 1991, a CUT, fundada em 1983, lidera a greve geral contra o Plano Collor. O que expressou a tendência de unificação das lutas que vinham crescendo desde o final de 1970 e que se projetaram na década seguinte.

A greve geral de dezembro de 1986 em defesa das reivindicações mais elementares, sob o governo Sarney, constituiu-se em um marco dessa tendência, que desaguará na greve geral de junho de 1996 contra as reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso. Certamente, esse movimento grevista de altos e baixos. O importante, porém, é que indicavam a necessidade da classe operária responder à brutal exploração do trabalho e os planos antinacionais e antipopulares dos governos Sarney, Collor e Cardoso.



A movimentação popular no Buraco do Gazuza, no final da década de 1980, renunciou a disposição dos sem-teto, em Diadema, de reivindicar o terreno para construir suas moradias.

O PT vinha ganhando força eleitoral em toda a região do ABC, utilizando-se das necessidades mais elementares dos oprimidos da região, fazendo promessas “democrático-populares”.

Uma parte da militância dos bairros operários e vinculados profundamente com as consequências brutais da exploração capitalista impulsionava a luta popular, principalmente pelo direito à moradia. De forma que, em Diadema, a tendência de luta popular refletida nas reivindicações do Buraco do Gazuza foi impulsionada com o movimento pela ocupação de uma enorme área localizada no Jardim Inamar, que foi nomeada de Vila Socialista. A ocupação Morro do Samba confirmou e reforçou essa tendência.

Dentre as três ocupações, a Vila Socialista se destacou pela organização independente diante da política eleitoral do PT, que era e é de ordem estratégica de se constituir como uma força no interior do Estado burguês, e pela disposição de resistir à desocupação.

É claro que os fatos demonstraram que a capacidade de resistência dependia não só da organização interna, que era completamente elementar e primitiva, como principalmente das respostas que a classe operária poderia dar se tivesse dirigida por sindicatos assentados em uma política classista e revolucionária. Ocorre que nesse momento no Sindicato Metalúrgico do ABC havia se cristalizado o processo de burocratização e avançado em seu interior a política de conciliação de classes.

A conquista da prefeitura de Diadema – a primeira em todo o país, em 1982 – já indicou o caminho da estratégia eleitoral a ser

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

perseguida no período seguinte. O PT, sua burocracia sindical e as direções do movimento popular não demoraram em demonstrar sua aversão aos métodos da ação direta, que compareciam nas greves e nas ocupações de terra e áreas urbanas. O primeiro teste foi justamente o da Vila Socialista. O prefeito José Augusto, que sucedeu Gilson Menezes, deu apoio logístico e político à intervenção da Justiça e da Polícia Militar em favor do proprietário do terreno, que era um especulador.

A resistência, embora tivesse sido finalmente derrotada, deixando um saldo de dois mortos, vários feridos e três presos, teve o mérito de criar uma situação política em que o governo do estado, que passou das mãos de Orestes Quêrcia para as de Luiz Antônio Fleury, também do PMDB, se viu pressionado a prometer uma solução que incluía a Vila Socialista, o Morro do Samba e o Buraco do Gazuza. Em sua campanha eleitoral, Fleury declarou-se comprometido com uma regularização se fosse eleito. Não cumpriu, mas ficou o caminho aberto ditado pela luta.

Em 1997, Gilson Menezes, em seu segundo mandato, deu um passo legal na regularização do Conjunto Habitacional Vila Socialista. Mas somente em 2019, houve definitivamente a sua regularização. Os sinais de urbanização apareceram em 2011. Estava, assim, concretizado o Conjunto. O problema é que apenas uma minoria teve acesso ao “benefício”. E parte dos moradores não conseguiu pagar a sua manutenção e foi despejada. Esse resultado final indicou que o Estado burguês não pode realizar reformas que atendam as necessidades mais elementares da família trabalhadora. A Associação que se criou rapidamente se adaptou às determinações municipais, mostrando-se incapaz de retomar a luta heroica das famílias que combateram pela Vila Socialista e ocupações do Morro de Samba e do Buraco do Gazuza.

A questão da moradia se agravou ainda mais desde então. A quantidade de moradores de rua avançou e vem avançando. Os movimentos pelo direito à moradia acabaram por ser controlados por direções corrompidas na política do PT e aliados de esquerda. Recentemente, o governador Tarcísio de Freitas iniciou o despejo da Favela do Moinho, sem que os movimentos saíssem em sua defesa. O governo Lula aceitou as condições impostas pelo governador de São Paulo. Um dos organizadores mais reconhecidos do movimento sem-teto, Guilherme Boulos, fez carreira eleitoral, candidatou-se à prefeitura de São Paulo, pelo PSOL com o apoio do PT e, finalmente, ganhou um cargo no governo Lula como ministro da Secretaria-Geral da Presidência. É obrigatório nesse balanço histórico da Vila Socialista assinalar a ação bárbara do governo do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, que deixou 132 mortos, no Complexo do Alemão e da Penha, sendo que a maioria é de jovens miseráveis arrastados pela fração burguesa narcotraficante.

As conquistas da Vila Socialista que foram as da democracia das assembleias populares, o método da ocupação e o da autodefesa permanecem vigentes. Somente o Partido Operário Revolucionário, por encarnar o programa da revolução social, portanto, proletária, conserva tais conquistas. A sua construção na classe operária se converterá em construção nos bairros e favelas, que reúnem os explorados, nos quais se coloca a luta democrática pelo direito à moradia e pelas condições dignas de existência.

O proletariado - por ocupar um lugar fundamental no processo de produção capitalista - tem como pôr em marcha na luta de classes a organização dos movimentos urbanos e rurais pela terra. A experiência da Vila Socialista necessariamente tem de ser assimilado pela vanguarda com consciência de classes, defendida e colocada em prática.

Ato anti-imperialista em Diadema: “Trump, tire suas garras da Palestina e da Venezuela

Organizado pelo ABComitê Regional Unificado em Defesa da Palestina, o evento “Trump, tire suas garras da Palestina e da Venezuela” ocorreu no dia 11 de dezembro de 2025 na subsele Diadema do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A atividade reuniu ativistas e militantes da região, principalmente da cidade de Diadema e contou com debatedores, exposições artísticas, bancas de publicações e microfone aberto. Compuseram a mesa, militantes do PT e um militante do POR. Além de compor a mesa, o POR montou banca de materiais e distribuiu o manifesto dos 35 anos da Vila Socialista.

Em suas intervenções, o PT abordou o sionismo, o bolivarianismo e a crise mundial. Contudo, não apresentou uma resposta clara, em termos de linha política. Na exposição principal, ressaltou a centralidade do petróleo na economia e na geopolítica mundial, destacando o Golfo e a Venezuela. Colocou que a transição do carvão para o petróleo, em 1945, quebrou o poder de greve da classe operária, que antes trabalhava nas minas (embaixo da terra e sem a supervisão imediata dos gerentes), e fragmentou os trabalhadores, ampliando o transporte por automóveis. Explicou, que os Acordos de Abrahão, que preveem a integração do Estado sionista de Israel à economia dos países do Golfo, é peça central na relações internacionais, inclusive nas disputas entre Estados Unidos e China, argumentando que o genocídio do povo palestino se desenvolveu porque se voltava contra o Eixo da Resistência, que não integra os Acordos de Abrahão, e foi interrompido por conta disso, no caso pelo ataque ao Catar, signatário dos Acordos de Abrahão.

Em sua exposição, o POR lembrou que, neste mesmo dia, em 11/12/1990, completaram-se 35 anos da brutal repressão na Vila

Socialista, em Diadema, acontecimento que deve ser lembrado, tanto por conta da violência burguesa-estatal, quanto pela firmeza da resistência dos sem-teto. Pontuou que o massacre na Vila Socialista ocorreu no contexto internacional de restauração capitalista e dissolução da União Soviética, quando se deu a interrupção da transição do capitalismo para o socialismo e se falava no “fim da história”. Acontece que a crise mundial do capitalismo está a pleno vapor, impulsionada pela ofensiva internacional do imperialismo estadunidense, que através da OTAN cercou militarmente a Rússia, levando-a a invadir a Ucrânia e usá-la como bucha de canhão, apoiou o genocídio do povo palestino e promove um cerco militar à Venezuela, fora as ingerências no Panamá, México, e diversos outros países.

Responsáveis pelo consumo de metade da cocaína do mundo, os Estados Unidos recorrem ao argumento de combate ao narcotráfico se achando no direito de julgar e punir a população de outros países para, na verdade, invadir países e saquear riquezas, como ficou comprovado essa semana na ação de pirataria com o petróleo venezuelano. A razão de fundo deste processo, porém, está no esgotamento da partilha do mundo estabelecida no pós Segunda Guerra, em função da dissolução da URSS, da criação do Estado sionista de Israel, das guerras de libertação nacional no continente africano, da ascensão mundial da China, dentre outros processos, bem como na decomposição geral do capitalismo, que em sua fase imperialista já não tem mais o que oferecer de progressivo à humanidade.

O genocídio do povo palestino demonstrou a impotência da ONU e da via diplomática. Foi colocada a submissão das burguesias nacionais ao imperialismo ianque, exemplificando com a postura

do Brasil em relação ao questionamento das eleições venezuelanas e à contrariedade da entrada da Venezuela no BRICS. Colou-se que, hoje, questões básicas, como a defesa incondicional da nação oprimida pelo imperialismo, estão nas mãos do proletariado.

A experiência no Chile demonstrou que qualquer governo fruto das urnas é incapaz de promover mudanças estruturais progressivas, pois preserva a propriedade privada. O avanço na luta de classes só virá por meio dos métodos próprios da classe operária, como as greves e ocupações, e da estratégia da revolução proletária, em cada país e mundialmente.

O expositor concluiu colocando a defesa de um programa próprio, da constituição de uma frente única-imperialista, e a exigência da convocação de um Dia Nacional de Luta, pelas centrais sindicais e entidades estudantis, como um passo concreto para impulsionar as assembleias e comitês e erguer a luta massiva.

O POR considerou a atividade como vitoriosa por levantar uma discussão essencial diante da conjuntura em que vivemos, em um momento de profunda passividade das correntes políticas. Durante as falas livres, criticamos o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que apoiou a atividade formalmente cedendo o espaço,

mas não participou da atividade. Colocamos a necessidade das correntes romperem com o conservadorismo político ligado à política de conciliação de classes, e com a passividade diante de uma conjuntura marcada por um genocídio, e chamamos as forças políticas presentes a fortalecerem a construção do Comitê, apontando a necessidade de impulsionarmos ato de ruas.

Vale lembrar que o Ato-Político no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, realizado no final de julho, objetivava acumular forças para convocar uma manifestação de rua. Contudo, após o ato-político, sob a alegação de que não era possível convocar uma manifestação, a maioria das correntes políticas defendeu realizar mais um ato interno, distintamente do POR. Demorou até que se organizasse um novo ato interno, e agora que ocorreu as correntes não compareceram. É o caso do MRT, que impulsiona apenas atividades em que esteja em destaque, como ocorreu por ocasião da Flotilha. Citamos esse exemplo pela incoerência e oportunismo das organizações que se reivindicam internacionalistas. É certo, porém, que a responsabilidade principal recai sobre as direções majoritárias, que há tempos abandonaram a luta anti-imperialista.

O manifesto abaixo foi distribuído no ato realizado no Sindicato Metalúrgico de Diadema

35 anos da brutal repressão na Vila Socialista em Diadema

Viva a luta dos sem-teto por moradia e pelas condições de existência dos explorados!

No dia 11 de dezembro de 1990, ocorreu a brutal repressão sobre os sem-teto que ocupavam o terreno, denominado de Vila Socialista, em Diadema, no ABC Paulista. Na ocasião, Milton de Souza Frazão e Noraldino Ferreira Lima foram assassinados. Manoel Boni, organizador da ocupação e resistência, teve uma de suas mãos mutilada por uma bomba. Foi levado para um hospital no Jabaquara, porque necessitava de cuidados especiais. Mesmo assim, a polícia estava com a ordem de prisão.

Uma vigília foi montada e a prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PT), atendeu à reivindicação dos manifestantes de não autorizar a prisão de Boni naquelas condições. Havia o temor de que Boni pudesse ser assassinado nas dependências policiais. A discussão, naquela situação, foi a de como manter o movimento organizado e mobilizado. Boni, que fazia parte da construção do Partido Operário Revolucionário (POR) e Romildo, militante da Convergência Socialista, foram presos e transferidos para a cadeia de Diadema.

Boni tinha sido eleito como vereador à Câmara Municipal de Diadema pelo PT. Verificou pela experiência que o prefeito petista e vereadores do próprio PT exerciam um mandato antioperário e antipopular. Ingressou na corrente Causa Operária, que em seguida foi expulsa do PT juntamente com a Convergência Socialista. Não concordando com as posições da Causa Operária, rompeu para vir a constituir a Tendência pela construção do Partido Operário Revolucionário (T.POR) juntamente com outros ex-militantes de Causa Operária.

É importante ressaltar esse momento porque Boni, como operário metalúrgico, expressava os instintos mais profundos dos explorados. Uma vez eleito vereador, passou a exercer seu mandato com vigor classista, dedicando-se a organizar o movimento dos sem-teto. Chocou-se, assim, com a política burguesa do PT.

Do ponto de vista de classe, foi um exemplo de como usar o parlamento em favor dos interesses dos oprimidos, colocando-se como organizador da luta, da defesa da ação direta das massas e da democracia própria das assembleias.

A sua expulsão do PT, a perda de uma das mãos e a sua prisão estão marcadas pela violência da política burguesa contra a classe operária e a maioria oprimida. Essa é uma lição que a vanguarda revolucionária deve aprender e conservar.

Imediatamente à violenta desocupação, os sem-teto ocuparam uma escola pública próxima ao terreno da Vila Socialista. Essa medida mostrou a firmeza de uma parcela que agia como direção da massa de sem-teto ocupantes.

A repercussão dos acontecimentos na Vila Socialista se projetou nacional e internacionalmente. Jornalistas estrangeiros pediam entrevistas com os organizadores da luta. Ergueu-se um movimento de solidariedade em torno à escola ocupada. Formaram-se comitês de defesa dos presos políticos. Parlamentares mais à esquerda foram obrigados a se pronunciar. A bandeira de libertação de Boni e Romildo cravou fundo na maior parte da população de Diadema e, principalmente, no bairro Serraria, onde Manoel Boni havia realizado várias assembleias populares para organizar os sem-teto e preparar a ocupação.

Desde a prisão, Boni enviou duas cartas aos trabalhadores. Uma sobre os acontecimentos da Vila Socialista, outra sobre a ocupação do Morro do Samba e Gazuza, que estavam ameaçadas de intervenção policial e de desocupação. Duas passagens se destacam: “De fato, o que está embutido nesses processos, na sua essência, é a tentativa de acabar com o embrião de implantação no país de um partido operário revolucionário”. A outra passagem referente ao Morro do Samba-Gazuza diz: “Não temos muitas alternativas, ou enfrentamos e preparamos para a luta,

ou nos preparamos para sair pacificamente. Se fosse para sair pacificamente, não teríamos ocupado a terra". Essas duas cartas e o exemplo de firmeza na organização do movimento da Vila Socialista marcam a história do movimento dos sem-teto no Brasil.

Boni, como principal organizador, trabalhou meses para dar coesão à aspiração dos sem-teto em ter sua moradia, que só poderia ser realizada pela luta coletiva, voltada à ocupação e exigência de que houvesse a desapropriação do terreno pelo poder público. A defesa de Boni e Romildo contou com assembleias e atos públicos regulares. Caravanas foram feitas até a porta da delegacia, momento em que os oradores, representantes de movimentos e de correntes políticas defensoras dos sem-teto faziam seus pronunciamentos, condenando a invasão policial da Vila Socialista, denunciando o prefeito de Diadema e o governador. De vários estados, chegavam moções pela libertação dos presos e responsabilização daqueles que assassinaram Noraldino e Souza, e amputaram uma das mãos de Boni.

O apoio do prefeito petista José Augusto Ramos à Polícia Militar e às ordens do governador de São Paulo (PMDB) marcou profundamente a evolução do nacional-reformismo como uma variante da política burguesa, portanto, da sustentação da ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria oprimida. É certo que o parlamentar Eduardo Suplicy se viu na obrigação moral de comparecer em uma manifestação em Diadema, prestando solidariedade verbal aos sem-teto.

Os petistas que não concordaram com a repressão nada podiam fazer, uma vez que não se colocaram pela condenação e destituição do prefeito a ser realizada por um Tribunal Popular. Boni depois de libertado teve de ficar escondido na casa de um militante do POR porque estava sujeito a uma nova decisão contrária à sua liberdade. Como resultado desse enfrentamento, as autoridades decidiram por criar o Conjunto Habitacional Vila Socialista, em 2000, que foi regularizado em 2019.

O sentido de relembrar a brutal ação policial contra a Vila Socialista está em reconhecer o método da ocupação de terra como a única via dos sem-teto demonstrar as necessidades mais elementares das famílias pobres e miseráveis. É necessário acrescentar que a violência policial é a forma do Estado impor os interesses dos grandes proprietários e que a força dos ocupantes da Vila Socialista dependia da unificação dos movimentos de sem-teto. O mais importante de tudo é que os sindicatos operários que poderiam sair em defesa da ocupação ficaram à margem, devido suas direções colaboracionistas e, em grande medida, comprometidas com a política do PT. De nossa parte, avaliamos

como uma experiência da luta de classes que esteve na origem do POR.

Os 35 anos de luta da Vila Socialista ocorre em um momento de agravamento da crise econômica, social e política no Brasil e em todo o mundo. Os operários, camponeses e demais trabalhadores brasileiros continuam a enfrentar a pobreza e a miséria. Os grandes centros urbanos estão tomados por favelas e cortiços. Estampam uma quantidade imensa de moradores de rua.

As políticas assistenciais dos governos – tendo à frente os do PT – mal escondem a impossibilidade da burguesia resolver os problemas estruturais do desemprego, subemprego e informalidade, que estão na base da existência de milhões de sem-teto.

Internacionalmente, os trabalhadores latino-americanos estão diante da intervenção militar dos Estados Unidos que objetiva invadir a Venezuela e derrubar o seu governo. No Oriente Médio, a paz do cemitério de Trump serve aos objetivos colonialistas do Estado sionista de Israel e ao genocídio do povo palestino. Prolonga-se a guerra na Ucrânia de forma que se potencia as tendências bélicas na Europa e em todo o mundo. Os Estados Unidos recrudescem a guerra comercial com a China e preparam o caminho para uma confrontação militar.

É importante não perder de vista o vínculo entre a pobreza das massas, a brutal exploração capitalista do trabalho, as guerras de dominação e a investida do imperialismo contra as nações oprimidas.

O POR tem feito a campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) por constituir uma frente única anti-imperialista, em defesa das nações oprimidas contra as nações opressoras.

É nesse sentido que o Partido Operário Revolucionário saúda os 36 anos de resistência da Vila Socialista e honra a memória dos sem-teto Milton de Souza Frazão e Noraldino Ferreira Lima. Faz parte da construção do POR a luta das mais de duas mil famílias que ocuparam a área da Vila Socialista. Somente o fortalecimento da construção do partido revolucionário pode expressar o combate da classe operária e dos demais explorados contra o capitalismo em decomposição e sua barbárie social.

Viva os 35 anos da Vila Socialista!

Pela unidade dos sem-teto na luta pela moradia!

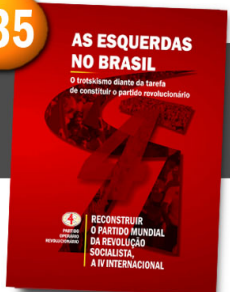
Total independência política e organizativa diante dos governos e da burguesia

Adquirar com o distribuidor: **R\$35**

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

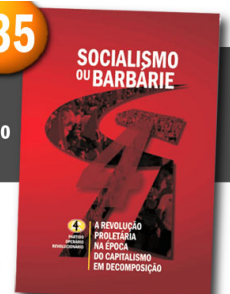


Adquirar com o distribuidor de Massas: **R\$35**

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



LANÇAMENTO

FOLHETO

Juventude e Revolução

Textos de Trotsky e da Quarta Internacional sobre a organização revolucionária da juventude



Adquirar com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:

R\$ 5,00



POR
PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO



MASSAS



do Partido Operário Revolucionário



1989 2025

Damos sequência à exposição da Plataforma Programática aprovada no IV Congresso de 9 e 10 de julho de 1994. No jornal Massas 752, transcrevemos as principais formulações sobre o caráter do Programa de Transição nas condições da crise mundial do capitalismo e do processo de restauração capitalista na ex-URSS. No Massas 753, expusemos os pontos: “3. Brasil, país semicolonial; 4. A Independência Nacional; 5. Revolução Agrária; 6. A Unidade Nacional”. Agora, editaremos: “Desconhecimento da dívida externa e defesa do estatismo”, “Expropriação dos monopólios industriais e financeiros”, “A estratégia da ditadura do proletariado” e “Governo Operário e Camponês”.

7. “Desconhecimento da dívida externa e defesa do estatismo”

“O imperialismo se utiliza do endividamento externo do conjunto dos países semicoloniais para sustentar o parasitismo do capital financeiro. As burguesias nacionais submetem profundamente as semicolônias às metrópoles, colocando as forças produtivas à mercê do capital financeiro”. (...)

“A emancipação das forças produtivas não poderá ocorrer se mantidas sob o comando dos banqueiros. Trata-se de rechaçar a dívida externa, desconhecendo-a. A riqueza carregada para a burguesia internacional deve ser totalmente direcionada para a elevação das condições de vida e erradicação da fome dos explorados”. (...)

“As bandeiras anti-imperialistas se constituem numa alavanca do proletariado para unir a maioria nacional oprimida na luta anti-imperialista. A luta concreta contra a opressão nacional coloca a tarefa de constituição da frente única anti-imperialista, que una as massas oprimidas sob o programa proletário e sob a direção da classe operária”.

8. “Expropriação dos monopólios industriais e financeiros”

“O conjunto da economia se subordina à acumulação monopolista e aos limites impostos pelo imperialismo através do mercado mundial. O capital nacional monopolista está em grande medida condicionado pelos interesses das multinacionais. As tendências concentracionistas do capitalismo entravam as forças produtivas em um determinado nível, as mutilam e se chocam com a vida das massas”. (...)

“As pressões do imperialismo para desestatizar os ramos-chave de petróleo, energia, telecomunicações, minerais etc. objetivam reforçar o controle das forças produtivas, colocando-as sob o comando internacional”. (...)

“As ideias reformistas de controlar os monopólios através da democracia popular e desconcentrar a propriedade etc. são ilusões reacionárias pequeno-burguesas”. (...)

“O programa proletário tem por objetivo expropriar e nacionalizar a grande indústria, o comércio, o latifúndio e o capital financeiro. A passagem do controle dos ramos fundamentais da produção e do capital financeiro para o poder da classe operária modifica as relações de produção, abrindo um processo transitório de construção da propriedade social (coletiva dos

meios de produção). Essa é a condição para libertar as forças produtivas bloqueadas pela propriedade monopolista dos meios de produção”.

9. “A estratégia da ditadura do proletariado”

“O proletariado fabril e agrário é a classe que pode expropriar os capitalistas. A grande concentração operária nos ramos fundamentais da produção facilita objetivamente a tarefa de ordem histórica. A proletarianização que vem ocorrendo no campo com a implantação da agroindústria é um outro fator positivo para as transformações radicais das bases econômicas do país”. (...)

“O proletariado se destaca como força motriz revolucionária por estar vinculado aos principais comandos da economia capitalista e por encarnar as forças produtivas mais avançadas. É a classe diametralmente oposta à ditadura da burguesia sobre a maioria nacional oprimida”. (...)

“Trazer o campesinato para o programa de expropriação e nacionalização da economia é fundamental para a destruição do poder capitalista. (...) A construção da aliança operária e camponesa na luta antilatifundiária e anticapitalista é a confluência social necessária para constituir um movimento de maioria nacional contra a minoria dominante”. (...)

“A estratégia para as transformações das bases econômicas e das relações de classe é a da ditadura de classe do proletariado. (...) As massas suportam o peso da ditadura de classe da burguesia nacional e internacional. Somente com a tomada do poder e a instalação da ditadura proletária será possível destruir a ditadura da minoria”, (...)

“A estratégia revolucionária se concentra na tarefa de destruir o Estado burguês, com todo o seu aparato político, jurídico e militar, e edificar o Estado operário, apoiado no armamento das massas contra os opressores capitalistas e na democracia proletária, que pressupõe o total controle dos meios de produção pelo proletariado e demais explorados. A extinção da ditadura de classe da maioria explorada se dará com o definhecimento do Estado operário, resultante da abolição das classes no regime de produção e apropriação comunista mundial”.

10. “Governo Operário e Camponês”

“Pelas relações de classe particulares do Brasil, a ditadura do proletariado será exercida por um governo operário e camponês.

Tal governo de aliança se impõe pelas condições objetivas da revolução”. (...)

“O campesinato luta pela propriedade privada da terra. O proletariado ajudará os camponeses a derrotar os latifundiários, porque se trata de uma condição para destruir o poder geral da burguesia sobre o Estado e a economia. A ditadura proletária, exercida pelo governo operário e camponês, impulsionará a industrialização generalizada, o que resolverá com o tempo as contradições herdadas do capitalismo”. (...)

“É preciso também rechaçar as variantes democráticas de ‘governo dos trabalhadores’, fórmula que dilui o caráter de classe, a mecânica entre as classes e adapta-se à política centrista eleitoral.

As correntes que substituem o governo operário e camponês pelo ‘governo dos trabalhadores’, ou que o manejam formalmente, carecem de um programa que expresse a revolução proletária internacionalista”. (...)

“A experiência histórica da ditadura estalinista deve ser diferenciada do princípio marxista-leninista da ditadura de classe do proletariado”. (...)

“A aliança operária e camponesa derrotará a burguesia e, através do partido revolucionário, combaterá a burocratização termidoriana, desenvolvendo a democracia das massas em níveis inconcebíveis no capitalismo”.

Nesta edição:

Resolução sobre a América Latina;

Palestina: ato em São Paulo no Dia de Ação Global pela Palestina;

Argentina - Editorial: Rejeitar a reforma trabalhista do governo, com os métodos de luta da classe operária; A eleição do centrismo e suas consequências;

Bolívia: Resoluções do ampliado departamental da Central Obrera Departamental (cod) de chuquisaca;

33 da liquidação da URSS:

Percurso da constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado.

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Publicamos a Resolução aprovada pela direção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que também se encontra no Boletim nº 42 do CERQUI.

Resolução sobre a América Latina

1. O agravamento da crise econômica, política e social na América Latina é parte da decomposição do capitalismo mundial e da necessidade das potências imperialistas norte-americanas e europeias de ampliarem os saques às nações oprimidas.
2. O plano de Trump para a América Latina se assenta na guerra comercial dos Estados Unidos com a China, que envolve a economia mundial.
3. A intervenção dos Estados Unidos no Panamá e, em seguida, o cerco montado no Mar do Caribe e Pacífico contra a Venezuela e Colômbia, as iniciativas de reativação de bases militares e a orientação do Comando Sul de reforçar sua presença na região correspondem à escalada militar que vem sendo impulsionada mundialmente.
4. Os bombardeios contra embarcações venezuelanas e colombianas sob a alegação de combate ao “narcoterrorismo” são prenúncios de que o imperialismo poderá atacar diretamente o território venezuelano.
5. Trump não oculta seu objetivo de derrubar o governo de Nicolás Maduro, valendo-se da farsa orquestrada em torno à defesa nacional dos Estados Unidos, que supostamente estariam sendo ameaçados pelo “narcoterrorismo”.
6. A Venezuela tem sido epicentro das ações imperialistas dos

- Estados Unidos na América Latina devido ao protecionismo nacionalista implantado pelo governo de Hugo Chávez, desde que assumiu o governo em 1999, realizando estatizações, principalmente das reservas petrolíferas, e chegando a proibir os Estados Unidos de se valerem do Departamento Antidrogas para realizar voos sobre o país.
7. Os Estados Unidos, nesses 26 anos de vigência do chavismo, sistematicamente intervieram na política interna da Venezuela para derrubar o governo, apoiando as oposições pró-imperialistas e, inclusive, organizando tentativas de golpe, a exemplo do que ocorreu em abril de 2019, liderada pelo opositor Juan Guaidó, que se autoproclamou presidente e foi reconhecido como tal pelo imperialismo.
8. O governo venezuelano procurou se adaptar às pressões dos Estados Unidos, permitindo que empresas estrangeiras participassem da exploração do petróleo, como é o caso da Chevron, mesmo assim o imperialismo manteve sanções para quebrar a economia do país.
9. Chávez e Maduro com a ideologia do “Socialismo do Século XXI” jamais atentaram contra a propriedade privada dos meios de produção, a exploração capitalista do trabalho e o poder da burguesia nacional, mas se chocaram com os ditames do imperialismo, sobrepostos ao Estado nacional.

10. A oposição, liderada por Maria Corina Machado, exortou a intervenção dos Estados Unidos para derrubar o governo Maduro, numa clara demonstração de impotência política e de servilismo.
11. O chamado de Corina procura dar uma perspectiva interna à ação externa do imperialismo e potenciar o apoio de governos alinhados com os Estados Unidos e de frações burguesas latino-americanas que defendem interesses oligárquicos.
12. Os países governados por partidos que apregoam a soberania nacional, como é o caso do Brasil, continuam profundamente vinculados à dominação norte-americana, de forma que a Venezuela não tem como contar com o apoio de uma resistência anti-imperialista impulsionada por uma fração das burguesias nacionais.
13. A defesa incondicional da Venezuela somente se materializará por meio da ação da maioria oprimida, e, portanto, da luta de classes dirigida pelo proletariado, a começar pelo próprio povo venezuelano.
14. Os Estados Unidos contam com a desorganização da classe operária, dos camponeses e dos demais oprimidos da classe média na Venezuela e no restante da América Latina, para avançar seu plano de militarização e ações contra governos de caráter nacionalista.
15. Essa constatação exige da vanguarda com consciência de classe e do destacamento mais avançado do proletariado que se coloquem sob a bandeira de defesa incondicional da nação oprimida, mobilizando e organizando a frente única anti-imperialista, como tática voltada ao amadurecimento das condições que favoreçam a estratégia programática da revolução social.
16. A situação geral da América Latina é convulsiva, embora as contradições e choques econômicos e políticos, bem como o desenvolvimento da luta de classes, tenham particularidades que se distinguem em cada país e se manifestam em diferentes ritmos.
17. Os organismos internacionais da burguesia reconhecem que o crescimento econômico tem sido baixo e tende a cair no próximo ano, o que recrudesce ainda mais a crise social, acentuando o desemprego, o subemprego e a informalidade, que afetam milhões de trabalhadores, principalmente a jovem força de trabalho.
18. O endividamento dos Estados nacionais, a baixa e desigual industrialização, a tendência à desindustrialização nas economias mais avançadas e o predomínio das exportações de produtos primários e minerais distanciarão ainda mais os países latino-americanos entre si e em relação às potências dominantes.
19. As forças produtivas latino-americanas são obstaculizadas pelo controle dos monopólios e do capital financeiro que exploram e condicionam o desenvolvimento econômico e social do continente, chegando ao ponto de bloquear a industrialização elementar da maior parte dos países.
20. O imperialismo norte-americano e europeu alimenta as divisões e os conflitos entre os países latino-americanos para melhor se impor e dominar, de forma que nenhuma nação atacada pode contar com o apoio e defesa mútuos, basta ver a recente imposição ao Panamá em torno ao controle do Canal e o exemplo mais distante da guerra das Malvinas em 1982 pela Inglaterra, cuja solidariedade efetiva do Peru com a Argentina foi punida sob o governo de Menen, por ordem dos Estados Unidos, com o envio de armas desde a Argentina ao Equador para enfrentar o Peru.
21. O fator novo que tem levado os Estados Unidos a reerguer a bandeira da Doutrina Monroe, sob o governo Trump, é a ascensão econômica da China restauracionista e o crescimento exponencial de sua influência na América Latina, a ponto de o imperialismo norte-americano intervir no Panamá para afastar a influência chinesa.
22. As novas tecnologias puseram em destaque as fontes de matérias-primas – terras raras, lítio, cobalto, níquel etc. – fundamentais para as cadeias de energia, que sustentam os novos componentes industriais das baterias, painéis solares, turbinas eólicas, carros elétricos e componentes do complexo militar, sendo que o Brasil, Chile, Argentina e Bolívia são reconhecidamente os detentores da maior parte das reservas mundiais desses materiais.
23. Em particular, os países latino-americanos que são cobertos pela floresta Amazônica ganham maior projeção diante das necessidades de exploração das riquezas naturais e minerais, cuja ambição de controle pelos Estados Unidos é de ordem histórica, agravando-se com a penetração dos capitais chineses no continente, de forma que a guerra comercial abriga a escalada militar impulsionada pelos Estados Unidos e envolve grandes interesses do imperialismo europeu.
24. Tudo indica que o estágio atual da crise latino-americana assinala a perspectiva de uma confrontação militar dos Estados Unidos com a China, sendo que a política exterior de Trump de defesa da hegemonia norte-americana caminha no sentido do isolamento de seu principal adversário, em várias partes do mundo.
25. A guerra de tarifas que atingiu principalmente o Brasil, na América Latina, funciona como um instrumento para enfraquecer e romper o entrelaçamento econômico com a China, que, por sua vez, se vale do BRICS para estreitar suas relações com países que já não podem arcar com os ditames dos monopólios e do capital financeiro dos Estados Unidos.
26. A velha disputa eleitoral entre a direita e a esquerda burguesas, no momento, está marcada e impulsionada pela intervenção dos Estados Unidos no sentido de fortalecer o alinhamento contra a China, voltado ao objetivo de Trump de derrubar pela força o governo da Venezuela, e de criar as condições para a substituição do governo Lula nas eleições de 2026.
27. O imperialismo norte-americano conta a seu favor com a debilidade e o fracasso dos governos nacional-reformistas ou pseudo-reformistas, que no final das contas se submeteram ao grande capital e promoveram as contrarreformas antinacionais e antipopulares.
28. Trump vem se utilizando do governo ultradireitista de Daniel Noboa, presidente do Equador, para a consecução de sua política anti-imigrante e para promover o intervencionismo na América do Sul, sob a alegação do combate ao narcotráfico, sendo que Noboa foi levado ao poder nos marcos da decomposição do governo nacional-reformista de Rafael Correa e de seu sucessor Lenin Moreno; Noboa recentemente acaba de ser derrotado massivamente no referendo que pleiteava a reinstalação de bases militares dos Estados Unidos.
29. Nas eleições de Honduras, o empate entre o candidato de direita Salvador Nasralla e o de ultradireita Nasry Asfura conta com a interferência direta de Trump, que exige que os hondu-

renhos coloquem no poder Asfura, caso contrário, os Estados Unidos cortarão a “ajuda” financeira, sendo que o presidente norte-americano aproveitou para conceder o indulto ao ex-presidente, Juan Orlando Hernández, condenado a 45 anos de prisão pela Justiça norte-americana, sob a acusação de vínculo com o narcotráfico, de forma que a candidata considerada de esquerda Rixi Moncada foi derrotada como expressão do descontentamento da população que fez a experiência com a política nacionalista representada pelo ex-presidente Manuel Zelaya, deposto por um golpe em 2009, e reconduzido ao poder na figura de sua mulher Xiomara Castro eleita em 2021, processo esse que indica a urgente necessidade dos explorados se colocarem pela soberania do país e formarem o seu partido revolucionário.

30. Na Argentina, a derrocada da política econômica do peronista Alberto Fernández, depois de prometer corrigir os desastres provocados pelo governo direitista de Mauricio Macri, deu lugar à ascensão ao aventureiro Javier Milei, que alinhou o país à política de Trump e aplicou um plano francamente antinacional, antioperário e antipopular, tendo para isso de reprimir duramente a resistência dos explorados.
31. Depois de mais de vinte anos do governo MAS, que se mascarou de nacional-reformista, a ultradireita retoma o poder na Bolívia por meio das eleições, acenando um alinhamento com os Estados Unidos e indicando colaborar com as ações imperialistas de Trump acobertadas pela guerra ao narcoterrorismo.
32. Em 14 de dezembro, ocorrerão as eleições presidenciais de segundo turno no Chile, com a possibilidade do candidato da ultradireita, José Antônio Kast, vencer a candidata do Partido Comunista, Jeannette Jara, sucedânea do desmoralizado governo pseudo-reformista de Gabriel Boric.
33. No Peru, o impeachment da presidente Dina Boluarte em outubro de 2025, sob a acusação de corrupção e incapacidade de

enfrentar a crescente violência, resulta de um longo processo de instabilidade política que vem desde o golpe de Estado promovido pelo presidente Alberto Fujimori em 1992, para não convocar eleições e manter-se no poder como ditador, de forma que a recente posse do presidente do Congresso Nacional, José Jerí, não estabilizará o país.

34. As contradições entre o México de economia atrasada, semi-colonial, e os Estados Unidos aumentaram, em vez de diminuir, com o Tratado entre México, Estados Unidos e Canadá (T-MEC), assinado em 2020, em substituição ao Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) de 1994, já que o objetivo do imperialismo sempre foi o de anexar economicamente o país vizinho, tendo de combater mais recentemente o estreitamento de relações entre o México e China, sendo que Trump bombardeou o NAFTA, impôs o T-MEC e, no momento, exige do governo de Claudia Sheinbaum maior subordinação do Estado mexicano aos Estados Unidos, sob a justificativa do combate ao narcotráfico e à violência, ameaçando intervir militarmente em seu território.
35. A instabilidade política no Brasil ganhou corpo com o golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff, instituiu a ditadura civil de Temer e aplainou o caminho para a eleição do ultradireitista Jair Bolsonaro, cujo governo se afundou na crise pandêmica, perdeu as eleições de 2022 para Lula, recém reabilitado do processo da Lava Jato, tentou se manter no poder por meio de um golpe de Estado fracassado e acabou de ser condenado à prisão, sendo que os Estados Unidos estão amplamente envolvidos nesse processo de desestabilização política do governo Lula, mesmo que o governo petista de frente ampla esteja comprometido com o grande capital e servindo à política de contenção da luta operária e popular.
36. Cuba continua sendo sancionada economicamente e atacada politicamente pelos governos norte-americanos há mais de sessenta anos, tendo resistido à tentativa de invasão à Baía dos Porcos em abril de 1961, no presente, mesmo com o processo de restauração capitalista em andamento, os Estados Unidos continuam a cercá-la e sufocá-la economicamente, de forma que a luta anti-imperialista exige a defesa incondicional de Cuba.
37. Esses acontecimentos indicam que o intervencionismo dos Estados Unidos tende a provocar maiores abalos nos alicerces da política burguesa e a despertar a atenção da classe operária e da maioria oprimida para a necessidade de resistir aos ataques da classe capitalista às suas condições de existência, reagindo ao aumento da exploração e às contrarreformas que sacrificam ainda mais a vida dos explorados.
38. Está posta a tarefa revolucionária de organizar um movimento anti-imperialista na América Latina, dirigido pela classe operária em aliança com as massas camponesas e as camadas empobrecidas da classe média urbana, que responda às medidas econômicas dos Estados Unidos e das potências europeias, bem como ao impulso da militarização movido pelos objetivos imperiais da política de Trump.
39. A defesa da independência e soberania nacionais depende inteiramente da classe operária e da maioria oprimida, uma vez que as frações da burguesia latino-americana ditas reformistas não podem assumir o combate anti-imperialista, tendo em vista que o nacionalismo burguês está historicamente esgotado e politicamente decomposto.



BOLETIM CERQUI
Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Versão em Português
Nº 42 | DEZEMBRO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

(11) 9 5446-2020
massas.por
massas.org
por@pormassas.org

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Nº 5
Versão em Português | Nº 42 - dezembro de 2025

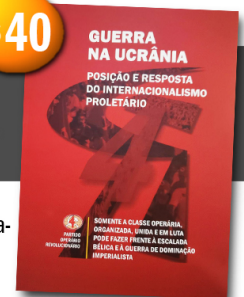
Agrava-se a crise mundial
Resolução do CERQUI sobre a América Latina
Estados Unidos ameaçam derrubar o governo chavista de Nicolás Maduro
Defesa incondicional da Venezuela
Organizar a frente única anti-imperialista
Pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina!
Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

40. O movimento anti-imperialista começa por responder, em cada país, com o programa e os métodos da luta de classes, às necessidades da maioria oprimida e às consequências das medidas governamentais pró-imperialistas, de forma a unir a classe operária e os demais explorados no campo da independência diante da política burguesa como um todo e, em particular, da variante nacional-reformista.
41. Um dos obstáculos fundamentais para erguer os explorados em defesa de suas condições de existência e da soberania nacional se encontra na estatização dos sindicatos e no predomínio da política de conciliação de classes, que conclui subordinando as organizações dos explorados ao grande capital e ao Estado burguês, o que exige da vanguarda com consciência de classe desenvolver a luta sobre a base da democracia operária.
42. A bandeira anti-imperialista de defesa incondicional da Venezuela e de qualquer país semicolonial atacado pelos Estados Unidos e demais potências opressoras tem de ser desenvolvida no terreno concreto da luta de classes em cada país, de forma a projetar e constituir um movimento latino-americano pela derrota da ofensiva do imperialismo encabeçada pelos Estados Unidos.
43. A defesa da nação oprimida exige que a classe operária e sua vanguarda combatente organizem desde os locais de trabalho e estudo aos bairros populares a frente única anti-imperialista, pondo em pé os comitês de luta.
44. A resistência anti-imperialista tem por conteúdo e orientação estratégica o programa da revolução social, que é proletária, portanto, de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista.
45. É imperativo que a luta anti-imperialista na América Latina responda à crise geral do capitalismo, à opressão nacional em toda a parte, à escalada militar e às guerras de dominação como as que ocorrem na Ucrânia e na Faixa de Gaza com o programa da revolução social, cuja estratégia é a da derrubada da ditadura de classe da burguesia e constituição da ditadura do proletariado.
46. O enfrentamento à opressão nacional na América Latina implica unir o proletariado e a maioria oprimida contrapondo-se ao divisionismo, ao particularismo e ao regionalismo estabelecidos pelas relações capitalistas de produção e pelas fronteiras nacionais, unidade essa que se realiza pela frente única anti-imperialista e pela estratégia programática dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.
47. O movimento anti-imperialista deve chamar o proletariado dos Estados Unidos a rebelar-se contra sua burguesia, com suas próprias bandeiras, apoiando as reivindicações dos oprimidos da América Latina, considerando que se trata de uma mesma luta para derrubar o poder do imperialismo.
48. É preciso reconhecer que a classe operária e os demais explorados, em grande medida, se acham desorganizados e condicionados pelas diversas frações da burguesia, que determinam as condições de funcionamento do regime político e da governabilidade, arrastando-os ora por detrás de partidos de direita e ultradireita, ora de partidos de centro-esquerda mascarados de nacional-reformistas, o que exige libertá-los da dependência política e ideológica por meio da luta de classes e da organização independente.
49. A crise de direção é o fator histórico fundamental que tem dificultado a classe operária e a maioria oprimida resistirem e avançarem a luta anti-imperialista e anticapitalista nas condi-

LANÇAMENTO!

GUERRA NA
UCRÂNIAPosição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

ções objetivas em que a crise mundial do capitalismo resulta na intensificação da exploração da força de trabalho e da opressão nacional.

50. À luz dos acontecimentos catastróficos e do avanço da barbárie capitalista, emerge o programa da revolução social e, ao mesmo tempo, a necessidade histórica de superar a crise de direção, reconhecida pelo Programa de Transição da IV Internacional como a “crise histórica da humanidade”, contradição essa que coloca à vanguarda com consciência de classe a tarefa de assimilar as experiências revolucionárias do proletariado, de reconhecer suas conquistas e de aplicá-las nas formulações programáticas, entre elas a luta anti-imperialista como parte da revolução socialista.
51. O atraso na construção dos partidos revolucionários marxista-leninista-trotskistas, e, portanto, na reconstrução da IV Internacional reflete a profundidade da crise de direção, cuja superação vem sendo equacionada dia a dia pela militância que encarna as conquistas históricas do proletariado, tendo por guia a Revolução Russa e as revoluções que se seguiram.
52. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) tem pleno conhecimento do significado da crise de direção e da necessidade de construir os partidos da revolução social e do internacionalismo proletário, de forma que se coloque à frente da luta anti-imperialista como parte da derrocada do poder da burguesia e da retomada da transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Revolução Russa de 1917 e constituição da União das Repúblicas Socialistas (URSS) em 1922.

3 de dezembro de 2025



Ato em São Paulo no Dia de Ação Global pela Palestina

O ato realizado na cidade de São Paulo no dia 29 de novembro, data que marca os 78 anos da resolução da ONU que criou o Estado sionista de Israel, atendendo ao chamado de Ação Global pela Palestina, foi convocado sob a bandeira: “Basta de genocídio na Palestina! Não à intervenção imperialista”. O que avaliamos como uma conquista da intervenção do POR na reunião da Frente Palestina de São Paulo de preparação do ato, em que defendemos a constituição da frente única anti-imperialista

Apesar de a convocação ser assinada por muitas organizações, a manifestação foi profundamente esvaziada, contrastando a quantidade de logotipos de organizações com a quantidade de manifestantes presentes. Em consequência disso, o roteiro que previa uma marcha do MASP até a Praça Roosevelt foi alterado e a marcha terminou na própria Av. Paulista, próximo à Praça do Ciclista. As centrais sindicais que assinaram a convocação, CUT e CSP-Conlutas, enviaram apenas representações, e as grandes entidades estudantis, como UNE e UBES, que na semana anterior realizaram um churrasco na Paulista em comemoração à prisão dos envolvidos na trama golpista, não compareceram no ato.

Durante a manifestação, através da distribuição do Manifesto, da agitação com palavras de ordem e do pronunciamento no carro de som, os militantes do POR denunciaram a política imperialista, principalmente ianque. Repudiaram a chamada “paz dos cemitérios” imposta por Trump e apoiada pela ONU, denunciando o falso “cessar-fogo”, apresentado para desmobilizar a solidariedade internacional enquanto Israel segue atacando Gaza e avançando na Cisjordânia. Só no último mês (mesmo sob o cessar-fogo anunciado), foram mais de 300 mortos, incluindo 67 crianças, segundo levantamento da ONU.

E agora, com o plano de Trump aprovado no Conselho de Segurança, com a abstenção cúmplice de China e Rússia, o imperialismo tenta enterrar definitivamente o direito do povo palestino à autodeterminação. Esse plano significa a anexação, desarmamento da resistência e o controle direto de EUA, Israel e Europa sobre Gaza e Cisjordânia. Chamam isso de “governo tecnocrata”, mas é pura ocupação imperialista disfarçada. Enquanto isso, a economia de Gaza foi destruída: PIB caiu 83%, desemprego atingiu 80%, inflação ultrapassou 238%, e 70% das edificações foram arrasadas. É genocídio econômico, social e físico.

O POR denunciou que a guerra imperialista não se expressa só na Palestina. Declaramos que a decomposição do capitalismo se expressa mundialmente. Hoje, o povo sudanês sofre um genocídio apagado pela mídia mundial e, financiado pelo Catar, que arma e sustenta facções responsáveis por massacres, limpeza étnica e expulsão de comunidades inteiras. A mesma política imperialista que destrói Gaza alimenta a guerra no Sudão, na Venezuela, nas favelas e em outros países. Por isso, a nossa solidariedade é internacionalista.

Após o pronunciamento do POR, um ativista árabe questionou a oradora porista a respeito do Catar. Defendeu que não podemos denunciar o Catar pelo genocídio no Sudão, por se tratar do principal financiador da resistência armada palestina. Esse argumento é politicamente perigoso, pois ainda que o Catar financie setores da resistência palestina, isso não dá licença para que financie o genocídio em Darfur ou em qualquer outro lugar. Não existe “genocídio progressista” nem “opressor útil”.

A frente única contra um inimigo comum não implica ocultar as críticas, ao contrário, a liberdade de crítica pode fortalecer a unidade de ação, pois ajuda a superar as ilusões, romper com a dependência das burguesias e recolocar a resistência no campo da independência de classe e da estratégia da revolução socialista. Eis por que o POR denuncia todos os opressores, não apenas dos Estados Unidos e Emirados Árabes, mas toda classe dominante reacionária que controla o Golfo e o Oriente Médio.

Cabe ressaltar que a lógica burguesa do “inimigo do meu inimigo é meu amigo” historicamente levou setores da esquerda a apoiar frações burguesas porque circunstancialmente se chocavam com setores opressores. Nossa solidariedade é com os povos oprimidos, e não com Estados-burgueses que se movem de acordo com os interesses capitalistas.

Sobre a relação do Catar com o genocídio no Sudão

Segundo denúncias de Yahia Salam, dirigente do Movimento de Libertação do Sudão (facção Minni Minnawi), o Catar financiou diretamente a “política de terra arrasada” do Exército sudanês, inclusive através da Qatar Charity, que atuava dentro de bases militares sudanesas. Não por acaso, na guerra civil sudanesa iniciada em 2023, o Catar apoia as Forças Armadas do Sudão (SAF), uma força burguesa, alinhada a facções islamitas ligadas ao antigo regime e aos interesses externos do Egito, Turquia e do próprio Catar. O armamento da SAF fortalece a classe dominante sudanesa e suas alianças regionais. Tanto quanto as Forças de Suporte Rápido (RSF), exércitos burgueses, como a SAF, não são instrumentos de libertação nacional, mas máquinas de repressão, responsáveis por massacres, bombardeios à civis e expulsões forçadas. Vale notar que o próprio “Tribunal Internacional de Justiça” reconhece que o apoio estrangeiro “torna possível o genocídio”. Não se trata de solidariedade árabe, mas de capitalismo e imperialismo, que sacrificam o povo sudanês enquanto ampliam disputas regionais. Há interesses econômicos e geopolíticos diretos da burguesia do Catar em financiar o genocídio sudanês, entre os quais se destacam as matérias-primas e a posição estratégica do Sudão no Mar Vermelho.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$40



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

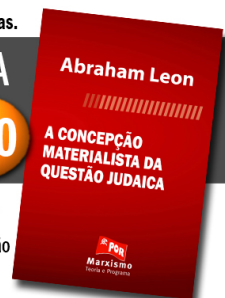
Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO! Adquira já com o distribuidor do Massas.

**A CONCEPÇÃO MATERIALISTA
DA QUESTÃO JUDAICA**

Abraham Leon

R\$30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

Rejeitar a reforma trabalhista do governo, com os métodos de luta da classe operária

O Governo assegura que já possui votos para sancionar, nos próximos dois meses, a Lei contra os direitos dos trabalhadores e pelo desconhecimento e pela dissolução dos sindicatos. Propostas são conhecidas, mas o texto do projeto de lei é mantido em segredo. Foi redigido pelos escritórios de advocacia de grandes corporações e formulado a partir das exigências do FMI. Os legisladores receberão a Lei que devem aprovar sem terem participado da elaboração e do debate. Quando Milei diz que tem os votos, reconhece que lhe deram apoio cego, sem saber o que apoiam. Há um acordo geral para atacar os trabalhadores a fim de melhorar a lucratividade capitalista.

O objetivo também é acabar com os sindicatos e limitar a representação sindical nas empresas. Isso afeta a burocracia sindical e seu poder de negociação, de intermediação entre trabalhadores, empregadores e Estado. O essencial é golpear a organização sindical.

A burocracia colaborou com todos os governos capitalistas, incluindo a ditadura militar, para facilitar suas políticas antinacionais e anti-operárias e perseguir o ativismo da oposição. Mas as grandes corporações acreditam que não são mais necessárias, que podem viver sem elas, que podem lidar diretamente contra os trabalhadores. Que são um obstáculo para ir ao fundo contra as conquistas dos trabalhadores.

Isso implica que a função dos sindicatos seria insignificante e tenderia a desaparecer. Por isso, se ouvem vozes de alarme desde suas fileiras afirmando que rejeitarão a reforma. Não há como conciliar o objetivo do governo com sua preservação como casta. Para sobreviver, os sindicatos precisam enfrentar o governo.

O sindicato, por ramo de atividade, estabeleceu um mínimo de condições nos Acordos em termos de salários e condições de trabalho, permitindo que os estabelecimentos mais fracos ou menos organizados se amparem na força dos maiores e mais bem organizados os que, por sua vez, podem impor melhores condições além do acordo geral. Os sindicatos negociam com as câmaras empresariais os acordos para cada atividade; se isso for abolido, deixariam de ser um sindicato. É uma antiga aspiração capitalista que os trabalhadores negociem suas condições empresa por empresa para tirar sua força coletiva. Para depois tentar negociar trabalhador por trabalhador, de acordo com o “mérito”, de modo a dissolvê-los como classe. A força do sindicato e das centrais sindicais baseia-se nessa representação coletiva.

Defendemos os sindicatos, as comissões internas e os órgãos de delegados, como organizações básicas dos trabalhadores por seus direitos mais elementares, uma vez que são suas criações. Rejeitamos qualquer interferência da burguesia, seus partidos, suas instituições, na vida dos sindicatos, eles não têm nada a ver ali. É a burocracia que abre caminho para eles. Não defendemos

burocratas apodrecidos, mas só os trabalhadores podem acertar contas com eles, expulsando-os.

Em edições anteriores, já nos referimos a alguns dos objetivos da reforma:

Acabar com a “ultra-atividade”, isso significa que, quando um acordo coletivo expira, ele continua existindo até que os sindicatos e as câmaras empresariais assinem um novo. Os empresários querem que, quando os acordos expiram, as relações sejam reguladas pela Lei de Contratos de Trabalho.

Mudar a Precedência das Leis Trabalhistas: o governo e as empresas querem um acordo por empresa que prevaleça sobre o acordo coletivo por ramo de atividade, flexibilizando as condições ao contrário do que ocorre hoje. Na legislação atual, deve ser aplicada a regra mais favorável para o sindicato central. Hoje, um acordo por empresa ou região negociado localmente não pode estabelecer condições inferiores às estabelecidas num acordo nacional.

As empresas afirmam que esse tipo de mudança permitiria negociar melhores condições de produtividade e flexibilidade trabalhista, o que levaria a um aumento do faturamento e a uma melhor distribuição de rentabilidades. É uma mentira. Se uma empresa quiser conceder benefícios melhores aos trabalhadores do que aqueles previstos no Acordo Coletivo, ela pode fazê-lo. O que eles querem é acabar com o piso de direitos e condições estabelecidas em geral. Habilitar os fundos de desemprego para não pagar as indenizações por demissão.

O projeto é até ridículo por ser inviável. Parece ser uma isca jogada à burocracia para fazer parte da administração desses Fundos, como aconteceu com o AFJP para apoiar o sistema privado de aposentadoria. Entendem que este negócio pode atraí-los.

O governo insiste com a Lei Mucci que Alfonsín não pôde impor: em nome da democracia sindical, eliminar a necessidade de um único sindicato representativo por ramo, proibir reeleições indefinidas dos líderes sindicais etc. Somos a favor da unidade sindical, contra qualquer fragmentação, pois somente favorece os empregadores e o governo. São os trabalhadores que devem decidir que dirigentes encabeçam seus sindicatos, não os empresários. Por definição, empregadores e governo são contrários a qualquer expressão de democracia sindical. O governo buscará negociar com a burocracia para abandonar a bandeira da democracia sindical em troca da aprovação de outros pontos da reforma.

É urgente avançar com a discussão sobre a reforma entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados, formal e informal, para rejeitá-la de imediato e organizar a resistência desde já.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 483, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

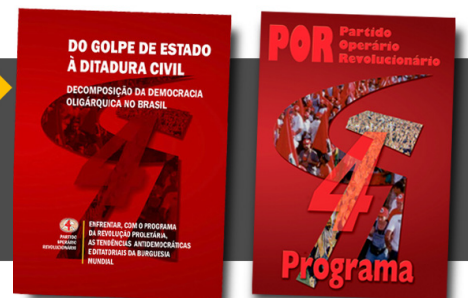
Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do *Jornal Massas*.



ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS



A eleição do centrismo e suas consequências

Numa jornada em que parecia que só o oficialismo tinha motivos para comemorar, uma curiosa agitação inundou o bunker da Frente de Esquerda – Unidade. Os portais virtuais e jornais confirmaram isso: “Crescimento de 150.000 votos de uma eleição para outra” (Prensa Obrera); “Ótima eleição da esquerda” (Izquierda Diario); “Grande eleição do FIT” (Esquerda Socialista); “O FIT obteve um resultado positivo” (Periodismo de Izquierda). Assim, os resultados eleitorais mostram que o FIT conquistou 3 cadeiras na Câmara dos Deputados no período que começa em dezembro.

Olhando mais de perto, é importante desvendar não apenas os resultados eleitorais, mas também a quais forças objetivas elas respondem. Costuma ser uma prática comum da politicagem burguesa organizar os números (facilmente manipuláveis), para confirmar as conclusões a que previamente objetivava chegar. Esta prática, como veremos, também é usada pelo centrismo.

De modo geral, o FIT-U conseguiu a eleição de 3 deputados, dois para a Província de Buenos Aires e um para a CABA (Ciudad Autónoma de Buenos Aires), alcançando 4 deputados em dezembro, contra os atuais 5. O deputado por Jujuy (Alejandro Vilca, do PTS), que havia alcançado 100.000 votos em 2021 (25%), agora acumulou a importante soma de 40.000 votos (quase 10%), embora insuficiente para ser reeleito para o Congresso Nacional.

Tanto os resultados da Província de Buenos Aires quanto da CABA foram, sem dúvida, importantes, ficando em 3º lugar em ambas. Na Província de Buenos Aires, ficaram à frente do arranjo nacional das Províncias Unidas que comandava Randazzo, Stolbizer e Monzó. Também à frente dos midiáticos Burlando, Santiago Cúneo e Alberto Samid; e do prefeito do populoso Partido “Esteban Echeverría” Fernando Gray. Na CABA, superaram figuras importantes como Manes, Lousteau e López Murphy.

Entretanto, os 438.000 votos na Província de Buenos Aires estão bem abaixo da última eleição legislativa de 2021, quando obtiveram pouco mais de 600.000. Na Cidade Autônoma de Buenos Aires, em geral, havia muita diferença entre votos para deputados e senadores, o que também se refletia no FIT-U. Onde a candidata era Myriam Bregman - para deputada - ela obteve 148.000 votos, enquanto com a candidatura de “Chipi” Castillo para senadora (também do PTS) houve quase 60 mil votos a menos (91.500). Os resultados para deputado podem parecer semelhantes aos 142.000 votos das eleições legislativas de 2021, com a ressalva de que, naquela eleição, também disputou Autodeterminação e Liberdade (de Luis Zamora) que recebeu 56.369 votos, que nestas eleições não apresentou chapa e chamou a votar na FIT-U.

Naturalmente, essas questões passaram completamente despercebidas no falso triunfalismo do centrismo, buscando títulos autoproclamatórios e não precisão em suas análises. O fenômeno da migração de votos também expressa que não é um programa o que acaba sendo votado, nem uma sólida base política, mas sim uma figura que nesta eleição fez campanha massiva sobre a questão de “gênero e diversidade.”

Em nível nacional, a FIT-U obteve 853.000 votos, o que é mais do que os 722.000 votos dos Executivos de 2023. Mas deve ser medido em relação às eleições legislativas anteriores, onde o centrismo sempre obteve melhores resultados do que nos Poderes Executivos. Para fazer apenas uma revisão, em 2021 eles obtiveram 1.280.000 votos; em 2017, 1.156.000; e em 2013, 1.211.000 votos (sem contar os números do MST, que hoje compõem a frente). Assim, estamos enfrentando os piores resultados da FIT-U nas eleições legislativas desde sua criação, não conseguindo capitalizar o

crescente descontentamento diante da crise econômica, política e social do governo Milei.

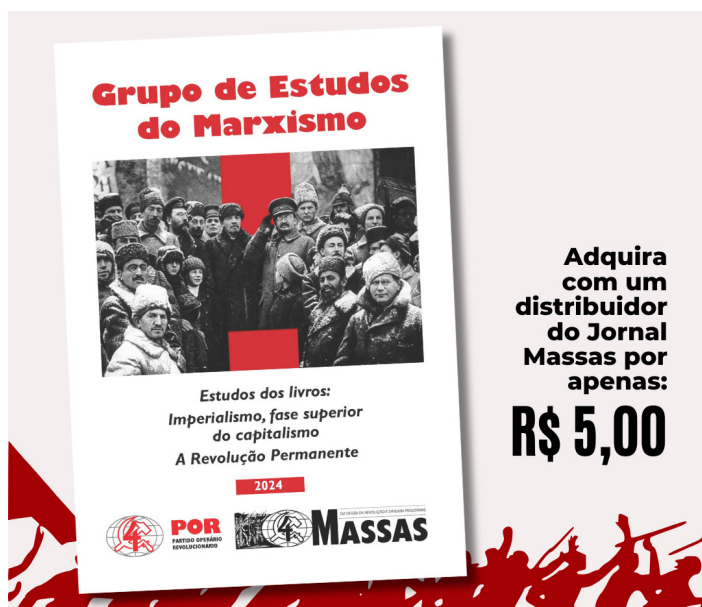
As razões podem ser buscadas no tipo de intervenção eleitoral da FIT-U, que está muito longe de incorporar a estratégia política da classe operária. Não é possível encontrar uma denúncia do papel do Congresso ou dos objetivos que um revolucionário tem nesse antro. A propaganda massiva dessa frente eleitoral tem se concentrado exclusivamente em obter cadeiras eleitorais com diferentes argumentos, todos com um denominador comum: semear expectativas sobre o papel desses deputados no Congresso. Isso se traduziu em um papel ativo no cultivo de ilusões nas instituições democráticas, hoje visivelmente apodrecidas diante de grande parte da população.

O bloco de deputados da FIT-U intervém não para desmascarar o Congresso corrupto, mas para tentar trazê-lo à vida. Renunciou a confrontar Milei, quando esse compareceu no recinto; se prestou às manobras mais lamentáveis, dissolvendo-se no nacionalismo burguês, por exemplo, na ferramenta protelatória da Comissão \$Libra, que não avançou (nem avançará) um passo no esclarecimento do caso; atuou não como uma frente revolucionária, mas como a social-democracia dócil e domesticada.

O Partido Operário Revolucionário, embora impossibilitado de apresentar candidatos, realizou uma campanha eleitoral desmascarando o papel das eleições e do Congresso e a tentativa inútil de legitimá-los por meios constitucionais. Começamos caracterizando o regime de ditadura civil estabelecido pelo governo servil e laçao do imperialismo em sua busca por colonizá-lo completamente. O enorme desinteresse, cansaço e apatia – que se traduz nos recordes de abstenção – é um campo fértil e permeável às ideias revolucionárias somente se conseguirmos transformar essa rejeição instintiva da farsa eleitoral e suas instituições em consciência política.

À valiosa militância da FIT-U, que investiu enormes reservas de energia em uma campanha francamente reformista, convidamos a refletir e debater este balanço e estas ideias. O POR batalhou e batalha solitariamente assinalando o norte estratégico da revolução e ditadura proletárias, e a ação direta de massas como a única possibilidade de derrotar a política mais geral da burguesia. Não apontar dessa forma é um engano intencional.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 481, órgão do Partido Operário da Argentina)



Grupo de Estudos do Marxismo

Estudos dos livros:
Imperialismo, fase superior do capitalismo
A Revolução Permanente

2024

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas:
R\$ 5,00

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO **MASSAS**

Bolívia

Resoluções do ampliado departamental da Central Obrera Departamental (COD) de Chuquisaca

Unificar a luta com todos os setores para enfrentar o pacote de leis que o governo Paz-Lara está preparando contra o povo boliviano. O governo diz que não há dinheiro, que a qualquer momento lançará as medidas de “ajuste econômico”, que serão contra o povo, como a desvalorização, o gasolinazo e a retirada dos direitos de nossas filiadas (alterar a Legislação Geral do Trabalho). Os trabalhadores sabem que a unidade do povo de Chuquisaca deve estar à frente da COD sob as bandeiras da independência política dos sindicatos. Nossa resposta contundente deve ser que a crise seja financiada pelos empresários ricos e políticos eleitores, que provocaram essa crise, e não pelos trabalhadores. Devemos nos organizar para a batalha contra as medidas esfomeadoras anunciadas pelo governo.

1. Em vista das declarações feitas pelo presidente Rodrigo Paz Pereira, no sentido de que “não há contribuições de aposentados na Sociedade de Gestão Pública..., eles as gastaram”; o ex-gestor da Gestora, Jaime Durán, desmentiu o presidente... Quem está dizendo a verdade? ... o ampliado dos trabalhadores da COD exige ... uma auditoria externa urgente ... tendo à frente um comitê técnico especializado formado por trabalhadores de base para identificar os danos econômicos, e os responsáveis devem ser processados até que devolvam o dinheiro das nossas contribuições. ... exigimos o CONTROLE OPERÁRIO COLETIVO DOS TRABALHADORES na Gestora Pública porque se trata do nosso dinheiro.
2. Os trabalhadores de Chuquisaca estão em alerta diante da intenção do governo de revisar e reformar a Lei Geral do Trabalho, não permitiremos um ataque à estabilidade trabalhista; menos ainda que o Artigo 53 da C.P.E. seja tocado, que garante o direito de greve e protesto. Portanto, rejeitamos qualquer tentativa de modificar a Lei Geral do Trabalho. Nos declaramos em oposição férrea à aplicação da Lei dos Servidores Públicos em empresas estatais, magistério ... A LEI GERAL DO TRABALHO NÃO SE TOCA!
3. Rejeitamos a intenção do governo de aprofundar a redução do orçamento para educação por meio da descentralização educacional. O governo propõe 50% financiado pelo Estado central e 50% por governos subnacionais (prefeitos e governadores insolventes), o que significa que o Estado se isenta de sua obrigação de financiar a educação fiscal e gratuita, avançar na privatização da educação e declarar o magistério como profissão livre. A MUNICIPALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NÃO PASSARÁ!
4. Os trabalhadores de Chuquisaca sabem que o governo de Paz-Lara governa para os ricos, pois eliminou o imposto sobre grandes fortunas. A medida supõe um prejuízo econômico ao Estado de cerca de 500 milhões de Bs., que deixará de arrecadar por esse conceito, o que bem poderia sustentar as subvenções ao pão. O governo está tentando suspender a subvenção aos combustíveis (gasolina, gás, diesel). Portanto, no âmbito das resoluções do nosso último Congresso ordinário, rejeitamos essas medidas antipopulares.
5. Rejeitar a possível privatização de empresas estatais e públicas (BOA, QUIPUS, ENDE, MINERADORAS, FÁBRICAS etc.).
6. Os trabalhadores reivindicam os métodos históricos de luta dos povos oprimidos. Hoje, mais do que nunca, a ação direta (marchas, bloqueios, greves, comícios etc.) deve estar à ordem do dia para nos defendermos dos ataques da classe dominante e de seu governo. Exigimos que o C.O.B. cumpra seu papel histórico de lutar e assumir as reivindicações do povo boliviano, sob as bandeiras da independência político sindical. A C.O.B. DEVE ORGANIZAR A LUTA CONTRA O GOVERNO ESFOMEADOR!
7. Repudiamos a interferência política nas direções das empresas estratégicas do departamento, exigimos... uma comissão de trabalhadores de base para a contratação de profissionais honestos
8. Ratificamos nossa luta pela defesa da cesta básica familiar, exigindo a estatização dos recursos naturais que se acham em mãos das multinacionais e a agroindústria do leste da Bolívia, que o governo deixe de favorecer os interesses dos grandes empresários privados que, neste momento de crise, lucram com a fome do povo. Também exigimos o monopólio estatal do comércio exterior, para que a especulação seja interrompida e os produtos de primeira necessidade sejam garantidos: dólares, combustível para todo o país e, assim, geração de empregos para todos os desempregados.
9. Uma resolução expressa será redigida a favor dos setores trabalhista que estão passando por diferentes problemas, ... Os setores patronais vão contra os direitos e a estabilidade do emprego do trabalhador.
10. Não reconhecemos o recém-eleito conselho diretor do Comitê Cívico, pois a eleição não cumpriu as estipulações do Estatuto Orgânico e a convocação do Congresso Cívico. ... nossa instituição cívica foi atacada por politiquês de todas as tendências que não hesitarão em usar nossa instituição como trampolim político. ... nós trabalhadores sindicalizados estaremos à frente da luta regional e continuaremos aglutinando os demais setores na luta por reivindicações em nosso departamento, desfraldando sempre a independência político-sindical.
11. A classe operária de Chuquisaca se solidariza com o sindicato municipal de saneamento EMAS de Sucre...
12. Diante do pacote neoliberal do governo de Rodrigo Paz, nossa posição é firme ao rejeitar o governo dos empresários, portanto, esse governo ampliado do C.O.D. de Chuquisaca se DECLARA EM ESTADO DE EMERGÊNCIA E PRONTIDÃO.

Sucre, 4 de dezembro de 2025

(Extraído do Jornal Massas, nº 2864, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Em 26 de dezembro, a liquidação da URSS completará 34 anos. O Partido Operário Revolucionário (POR) iniciou o estudo sobre a URSS, no *Jornal Massas*, nº 705, de 6 de janeiro de 2024, quando a sua derrocada pela contrarrevolução estalinista havia completado 32 anos. O objetivo foi o de expor as posições programáticas de Trotsky, de forma a sistematizá-las. Utilizamos os seus documentos que foram reunidos na obra “Escritos”, que abrange o período de 1929 a 1940, quando Trotsky foi assassinado em agosto desse ano. A exposição se encontra entre os jornais 705 a 729.

Os números 730 e 731 foram dedicados a formulações de Lênin e Guillermo Lora. Dos

732 e 733, apresentamos uma síntese das posições congressuais do POR-Brasil sobre o processo de restauração capitalista. Dos 734 ao 736, reproduzimos passagens de artigos do *Jornal Massas* sobre as guerras que envolveram a Rússia e a Chechênia, bem como a Geórgia. No número 737, transcrevemos o capítulo do Programa de Transição sobre a URSS e a luta contra o estalinismo. Nos *Massas* 738 e 739, expusemos passagens do livro de Trotsky “Stalin, o grande organizador de derrotas”. No *Massas* 740, dedicamos a exposição do livro “Para onde vai a Rússia”. Na sequência, nos *Massas* 741 e 742, apresentamos “Novo Curso”. Os *Massas* 743 ao 752 foram dedicados ao estudo da Plataforma da Oposição de Esquerda. No *Massas*

753, publicamos o “Manifesto da Internacional Comunista aos Proletários de todo o Mundo”. Nele se encontra a essência programática da constituição da III Internacional. Há uma íntima relação entre a liquidação da URSS em dezembro de 1991 e da III Internacional em junho de 1943.

Agora, quando se aproximam os 34 anos da liquidação da URSS, publicamos o documento “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado”, precedido da exposição sobre a convocação e dissolução da Assembleia Constituinte. Retomamos historicamente o percurso de fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Percurso da constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

A revolução proletária, que saiu vitoriosa em 25 de outubro de 1917 na Rússia, acabou por se confluir com os levantes das inúmeras nacionalidades de forma que possibilitou colocar abaixo o império czarista, constituído em 1721. Os povos oprimidos por quase dois séculos viram a luz de sua libertação com a revolução socialista. A revolução democrático-burguesa de fevereiro de 1917 evidenciou rapidamente seu esgotamento. Um dos motivos que favoreceu a derrubada do poder burguês pela classe operária, sob a direção do Partido Bolchevique, foi que as revoltas camponesas contra os latifundiários e a aspiração da libertação dos povos oprimidos se encontravam configuradas na forma de programa da revolução socialista, que estabelecia a resolução das tarefas democráticas típicas da sociedade regida pelo czarismo.

Os mencheviques e socialistas-revolucionários que chegaram ao poder na revolução de fevereiro, ao defenderem a propriedade privada dos meios de produção, se contrapuseram objetivamente à resolução das tarefas democráticas. Assumiram como estratégia democrático-burguesa a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que acabou sendo eleita uma semana após a revolução e instalada em 5 e 6 de janeiro de 1918. Os bolcheviques estiveram a favor da convocação da Constituinte e exigiram que fosse eleita imediatamente, contrapondo-se ao adiamento ditado pelo governo provisório. O fundamental, no entanto, estava em que a Constituinte deveria estar condicionada pelo poder dos soviets. Diante da queda do governo provisório pela insurreição dirigida desde os soviets e sob a direção dos bolcheviques, os socialistas-revolucionários e mencheviques procuraram como último recurso contrário à revolução proletária se utilizar da democracia formal, ou seja, da Constituinte.

Os bolcheviques apresentaram a “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado” no primeiro dia

da Assembleia Constituinte. Foi combatida e rejeitada pela maioria controlada pelos socialistas-revolucionários e mencheviques. Esse posicionamento expressava abertamente as forças que se opuseram ao poder dos soviets e à revolução. Diante desse ataque à “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado”, os bolcheviques colocam-se pela dissolução da Assembleia Constituinte e confirmação do poder soviético, apresentando o “Projeto de Decreto sobre a Dissolução da Assembleia Constituinte”.

Em síntese, afirma: “A revolução na Rússia, desde o seu início, colocou em primeiro plano os soviets de deputados operários, soldados e camponeses, como única organização de massa de todas as classes trabalhadoras e exploradas capazes de dirigir a luta dessas classes por sua completa emancipação política e econômica”. (...)

“A Assembleia Constituinte, eleita sobre a base de listas eleitorais preparadas antes da Revolução de Outubro, foi uma expressão da antiga correlação de forças políticas, que existia quando os conciliadores e os cadetes controlavam o poder. Quando o povo então votou pelos candidatos do partido socialistas-revolucionários, não podia eleger entre os socialistas-revolucionários de direita, partidários da burguesia, e os socialistas-revolucionários de esquerda, partidários do socialismo. A Assembleia Constituinte, portanto, devia ser a culminação da república parlamentar burguesa, forçosamente ia transformar-se em um obstáculo no caminho da Revolução de Outubro e do poder soviético”. (...)

“Por todas essas circunstâncias mencionadas, o partido dos socialistas-revolucionários de direita (...) obteve a maioria na Assembleia Constituinte que se reuniu em 5 de janeiro. Naturalmente, esse partido se negou a discutir a proposta absolutamente clara, precisa e inequívoca do órgão supremo do poder soviético, do Comitê Executivo Central (CEC) dos soviets, que tinha aprovado o programa do poder soviético, que aprovara a “Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado”, que aceitava a Resolução de Outubro e o poder soviético. Com esse ato, a Assembleia Constituinte rompeu todos seus vínculos com a República soviética da Rússia. Foi inevitável que o grupo bolchevique

e o grupo socialista revolucionário de esquerda, que agora constituem claramente a esmagadora maioria nos soviets e gozam da confiança dos operários e da maioria dos camponeses se retiram da Assembleia Constituinte”. (...) “Portanto, o Comitê Executivo Central resolve: está dissolvida a Assembleia Constituinte”.

A incapacidade dos socialistas-revolucionários de direita e dos mencheviques de reagirem à dissolução da Assembleia Constituinte revelou a força dos soviets, cujo “Projeto de Decreto sobre a Dissolução da Assembleia Constituinte” havia sido aprovado na reunião do Comitê Executivo Central (CEC).

No mesmo dia da dissolução, Lênin fez um pronunciamento no Comitê Executivo Central (CEC) – “Discurso sobre a dissolução da Assembleia Constituinte na reunião do CEC de toda a Rússia”, 6 de janeiro de 1918. Destacamos algumas passagens:

“O choque entre o poder soviético e a Assembleia Constituinte foi preparado por toda a história da Revolução Russa, colocada diante de uma tarefa sem precedente – a reconstrução socialista da sociedade. (...) Os soviets, criados unicamente pela iniciativa do povo, são uma forma de democracia inigualável em nenhum outro país do mundo”. (...)

“Os soviets cobriram o país como uma rede, e quanto mais ampla fosse essa rede de soviets do povo, menos factível será a exploração do povo trabalhador, pois a existência dos soviets é incompatível com um sistema burguês próspero; essa é a fonte de todas as contradições na burguesia, que luta contra nossos soviets exclusivamente em nome de seus próprios interesses”. (...)

“A transição do capitalismo a um sistema socialista implica uma prolongada e tenaz luta”. (...)

“O fogo revolucionário se manifestou na criação dos soviets, pilares da revolução de trabalhadores. (...) Enquanto que os parlamentos burgueses de todos os países e Estados, baseados no capitalismo e na propriedade, nunca e em ne-

nhuma parte prestaram apoio ao movimento revolucionário, os soviets, tendo incendiado o fogo da revolução, ditam imperiosamente ao povo: lute, tome tudo em suas mãos e organize-se. (...) Aqueles que dizem que antes defendíamos a Assembleia Constituinte e que agora a ‘dissolvemos’, não têm nenhuma faísca de entendimento: expressam somente frases vazias e pomposas. Pois antes, a Assembleia Constituinte era para nós melhor que o czarismo e que a república de Kerensky, com seus famosos órgãos de poder. Mas na medida em que surgiram os soviets, por serem organizações revolucionárias de todo o povo, indiscutivelmente se transformaram em algo infinitamente superior a qualquer parlamento do mundo, fato que já destaquei no mês de abril. Ao destruir por completo a propriedade burguesa e dos latifundiários e ao facilitar o levante definitivo, que varre com todos os restos do sistema burguês, os soviets nos impulsionaram pelo caminho que levou o povo a organizar a sua própria vida. (...) Não há dúvida de que a revolução socialista não pode ser oferecida imediatamente ao povo de forma impecável (...), essa não pode realizar sem guerra civil, sem que haja sabotagem e resistência”. (...)

“O povo queria convocar a Assembleia Constituinte, e a convocamos. Mas percebeu imediatamente o que era essa famosa Assembleia Constituinte. E agora realizamos a vontade do povo, que é: todo o poder aos soviets. (...)

A Assembleia Constituinte é dissolvida e a república revolucionária soviética triunfará a qualquer custo”.

Com essa exposição, Lênin afirma na prática que a democracia operária, que se materializou nos soviets, é a forma mais elevada da democracia, deixando para trás a democracia burguesa, que é o regime talhado para sustentar a ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria explorada e oprimida.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXVIII, Akal Editor)

Publicamos abaixo a Declaração aprovada no CEC, apresentada na Assembleia Constituinte e, finalmente, aprovada no Terceiro Congresso de Toda a Rússia dos Soviets de Deputados Operários, Soldados e Camponeses, que se realizou de 10 a 18 de janeiro de 1918. Esse documento serviu, posteriormente, de base à Constituição do Estado soviético. Continha os fundamentos da autodeterminação das nações oprimidas, do direito à livre separação e, assim, os elementos organizativos da futura União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que seria edificada em 1922.

Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado

A Assembleia Constituinte resolve:

I

1. Fica proclamada na Rússia a República dos Soviets de deputados operários, soldados e camponeses. Todo o poder, tanto na capital como nas províncias, pertence a estes Soviets.
2. A República Soviética da Rússia é organizada, sobre a base da união voluntária de nações livres, como Federação de Repúblicas Soviéticas Nacionais.

II

Tendo-se determinado como objetivo básico a abolição de toda a exploração do homem pelo homem, a completa supressão da divisão da sociedade em classes, o esmagamento de modo implacável da resistência dos exploradores, o estabelecimento de uma organização socialista da sociedade e a vitória do socialismo em todos os países, a Assembleia Constituinte, resolve, também:

1. Fica abolida a propriedade privada da terra. Declara-se patrimônio de todo o povo trabalhador toda a terra, com todos os edifícios, o gado de trabalho, as ferramentas e demais acessórios agrícolas.
2. Confirma-se a lei soviética sobre o controle operário e o Con-



selho Superior de Economia Nacional, com o objetivo de assegurar o poder do povo trabalhador sobre os exploradores e, como primeira medida para que as fábricas, minas, ferrovias e demais meios de produção e de transporte passem por inteiro a ser propriedade do Estado operário e camponês.

3. Confirma-se a passagem de todos os bancos para a propriedade do Estado operário e camponês, como uma das condições da emancipação das massas trabalhadoras do jugo do capital.
4. Fica estabelecido o trabalho obrigatório para todos, com o fim de eliminar as camadas parasitas da sociedade.
5. Decreta-se o armamento dos trabalhadores, a formação de um Exército Vermelho socialista de operários e camponeses e o desarmamento completo das classes proprietárias, com o objetivo de assegurar a plenitude do poder das massas trabalhadoras e eliminar toda a possibilidade de restauração do poder dos exploradores.

III

1. Ao expressar sua determinação inquebrantável de arrancar a humanidade das garras do capital financeiro e do imperialismo, que inundaram a terra de sangue na guerra atual, a mais criminosa de todas, a Assembleia Constituinte apoia totalmente a política aplicada pelo poder dos Soviéticos, consistente em romper os tratados secretos, em organizar a mais extensa confraternização com os operários e camponeses dos exércitos atualmente em guerra e em obter, custe o que custar, por meios revolucionários, uma paz democrática entre os povos, sem anexações nem indenizações, sobre a base da livre autodeterminação das nações.
2. Com o mesmo fim, a Assembleia Constituinte insiste na completa ruptura com a bárbara política da civilização burguesa, que fundamentava a prosperidade dos exploradores de umas poucas nações predestinadas sobre a escravidão de centenas de milhões de trabalhadores na Ásia, nas colônias em geral e nos pequenos países.

A Assembleia Constituinte saúda a política do Conselho de Comissários do Povo, que proclamou a completa independência da Finlândia, que começou a retirar as tropas da Pérsia e proclamou a liberdade de autodeterminação da Armênia.

3. A Assembleia Constituinte considera a lei soviética sobre a anulação dos empréstimos contraídos pelos governos do czar, dos proprietários de terra e da burguesia, como um primeiro golpe desferido no capital bancário, financeiro internacional e expressa sua confiança de que o poder dos Soviéticos seguirá firmemente este caminho, até a completa vitória da insurreição operária internacional contra o jugo do capital.

IV

Eleita, com base nas candidaturas dos partidos organizados antes da Revolução de Outubro, quando o povo não podia ainda rebelar-se, em massa, contra os exploradores, nem conhecia toda a força de resistência dos mesmos na defesa de seus privilégios de classe, nem havia empreendido ainda na prática a tarefa de construir a sociedade socialista, a Assembleia Constituinte consideraria profundamente errado, inclusive do ponto de vista formal, contrapor-se ao poder dos Soviéticos.

Em essência, a Assembleia Constituinte considera que hoje, no momento da luta final do povo contra seus exploradores, não pode haver lugar para estes últimos em nenhum dos órgãos de poder. O poder deve pertencer total e exclusivamente às massas trabalhadoras e a seus representantes autorizados, os soviéticos de deputados operários, soldados e camponeses.

Ao apoiar o poder soviético e os decretos do Conselho de Comissários do Povo, a Assembleia Constituinte considera que suas funções não vão além de estabelecer as bases fundamentais da transformação socialista da sociedade.

Ao mesmo tempo, em seu propósito de criar uma aliança efetivamente livre e voluntária e, por consequência, mais firme e duradoura entre as classes trabalhadoras de todas as nações da Rússia, a Assembleia Constituinte limita sua própria tarefa a criar as bases fundamentais da Federação de Repúblicas Soviéticas da Rússia, deixando, aos operários e camponeses de cada nação, a liberdade de decidir, com toda independência, em seu próprio Congresso de Soviéticos investido de plenos poderes, se desejam, e em que condições, participarem do governo federal e das demais instituições federais soviéticas.

3 de janeiro de 1918

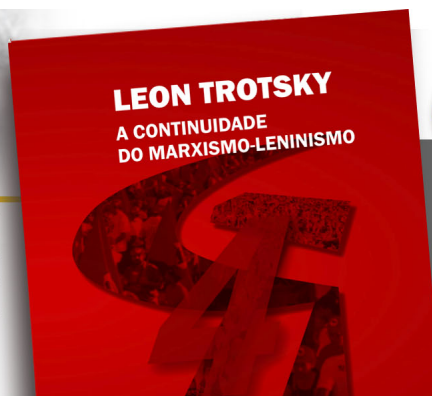
(Extraído das Obras Completas, Lênin, Tomo XXVIII, Akal Editor)

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**